

2 JAN. 1978

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL REPUDIARIA RECUPERAÇÃO DA PREVIDÊNCIA PARA O ESTADO

O repúdio de qualquer medida que «a coberto duma pretensa resolução dos problemas da Previdência vise, no fundo, a sua recuperação para o Estado», integra-se numa proposta apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa no plenário da Intersindical Nacional, realizado no passado dia 30 e que foi aprovada por unanimidade. A mesma proposta insurge-se contra qualquer tentativa de pôr em causa a participação dos trabalhadores nas comissões administrativas das caixas de previdência.

Entretanto, e considerando que o problema da previdência diz respeito e abrange todos os trabalhadores, têxteis e não têxteis, o grupo de trabalho da previdência apresentou ao plenário uma proposta de realização de um grande encontro de trabalhadores a nível nacional, em que será discutida a situação financeira da previdência, a reestruturação das caixas, a participação dos trabalhadores na previdência e a melhoria das condições sociais dos trabalhadores.

No decorrer do plenário foram ainda aprovadas outras propostas e moções, nomeadamente uma do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos exigindo a rápida reabertura das suas instalações recentemente encerradas às ordens do Ministério do Trabalho. Uma outra proposta do Sindicato dos Gráficos do Porto exigia a saída imediata do decreto do controlo da produção de acordo com os interesses da classe trabalhadora.

Por sua vez, o Sindicato do Serviço Doméstico apresentou uma proposta repudiando a aceitação, por parte do Ministério do Trabalho (embora com carácter provisório) do Sindicato Livre das Empregadas Domésticas, «o qual em nada se identifica com os profundos anseios da classe trabalhadora, mas sim com a burguesia».

Apresentada pelo Sindicato da Construção Civil de Braga, foi também aprovada por unanimidade uma outra proposta exigindo a imediata revogação do Decreto-Lei 456/72, «o qual leva o patronato a recusar-se a pagar o 13.º mês no caso de os trabalhadores terem faltas de serviço ainda que por doença ou acidente de trabalho».

Os Sindicatos dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul e dos Carpinteiros do Porto viram entretanto aprovada a sua proposta em que apelam para a classe operária no sentido de os trabalhadores se deslocarem em massa na noite de 31 a Caxias e Custóias, cadeias onde se encontram presos os militares implicados no 25 de Novembro, manifestando deste modo a solidariedade dos trabalhadores com os detidos e ao mesmo tempo para exigir a sua imediata libertação e integração nas unidades a que pertencem.

Esta proposta viria de facto a

ser concretizada uma vez que junto à cadeia de Caxias se concentraram naquela noite alguns milhares de pessoas que exigiam a libertação dos detidos no 25 de Novembro.

Por outro lado, a Federação dos Sindicatos Têxteis dos Distritos de Braga e do Porto apresentou uma moção, que viria a ser aprovada por unanimidade, em que exigiam do Governo uma clara posição face «aos graves acontecimentos» verificados na firma têxtil Manuel Gonçalves, no sentido de serem salvaguardados, por um lado, os dinheiros públicos ali investidos desde o afastamento, por decreto governamental, do patrão da empresa, e por outro, a necessária garantia do progresso da firma com o consequente direito ao trabalho de todos os que nela laboram.

Nesta empresa, denuncia a moção, o patrão afastado, em colaboração com um grupo de empregados privilegiados, estuda neste momento as condições para o seu regresso, entre as quais figura facilidades de crédito por parte da banca, saneamento dos trabalhadores mais activos e imediata instauração de uma disciplina interna, segundo a sua própria concepção.

Assinala-se, por último, a aprovação de uma moção do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto emitindo um voto de confiança na Intersindical e em todas as estruturas orgânicas actuais e repudiando ao mesmo tempo «as campanhas caluniosas de determinados órgãos de informação, que mais não visam que dividir a unidade e a força dos trabalha-

dores através dos seus próprios Sindicatos». Esta moção foi aprovada com 26 votos contra, 164 abstenções e 784 votos a favor.

Secretariado divulga documento

«Pela defesa das liberdades sindicais, contra o congelamento da contratação colectiva, contra as tentativas de recuperação da Previdência, pela aplicação do controlo operário e pela defesa da Reforma Agrária», são as palavras de ordem apontadas num documento assinado pelo Secretariado da Intersindical e divulgado na passada terça-feira.

Começando por mencionar as nacionalizações, a Reforma Agrária, o reconhecimento na lei do princípio da unicidade sindical e o melhoramento das condições de vida alcançadas através de novas contratações colectivas de trabalho como vitórias do movimento popular de massas, o Secretariado da Intersindical Nacional alerta os trabalhadores para a ofensiva do capitalismo que se desenvolve nas tentativas contra a unidade do M. F. A., afastando alguns dos seus sectores mais progressistas, aos ataques às estruturas sindicais e ao controlo operário e na destruição das organizações populares unitárias de base.

«Porante a ofensiva generalizada das forças do capital — lê-se ainda no documento — cabe ao movimento sindical a defesa das conquistas alcançadas e a luta contra as medidas anti-operárias que vêm sendo tomadas.»

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL:

«A POLÍTICA DE AUSTERIDADE DOS ACTUAIS ÓRGÃOS DE PODER SERVE O CAPITAL»

Um extenso documento sobre a situação actual e o balanço das vitórias sindicais do ano passado foi o principal texto aprovado no plenário da Intersindical Nacional.

Realizado em Lisboa, no dia 30, o plenário contou com a participação de cerca de 80 sindicatos. Esse número pouco representativo, é um dos resultados das divergências sobre a linha política seguida pela Inter. No entanto, apesar de convocado com pouca antecedência, o plenário produziu vários textos, entre os quais considera os problemas da Têxtil Manuel Gonçalves, a acção governamental no Sindicato dos Farmacêuticos, o reconhecimento oficial do Sindicato das Empregadas Domésticas e as condições da Previdência.

O texto base do plenário começa por analisar o campo de luta aberto pelo 25 de Abril e a sua evolução após os acontecimentos de 28 de Setembro e 11 de Março.

A ofensiva da direita é outro ponto de análise para a Intersindical. As forças do capitalismo interno e externo representaram, na sua opinião, um obstáculo fundamental para o desenvolvimento do processo revolucionário.

Para a Inter, a ofensiva das forças do capital, se bem que assumindo características mais visíveis a nível económico, desenvolve-se em outros níveis tais como: as tentativas levadas a cabo contra a Unidade do M. F. A., afastando alguns dos seus sectores mais progressistas, a liquidação das liberdades em amplas regiões do País, os ataques às estruturas sindical e ao controlo operário; a manipulação da opinião pública através dos órgãos de comunicação social; os saneamentos no aparelho de Estado de antifascistas que merecem a confiança dos trabalhadores; as tentativas de reocupação da Previdência; a repressão contra as organizações sindicais e as lutas dos trabalhadores; as tentativas de destruição das organizações populares unitárias de base; os despedimentos e o saneamento de dirigentes e delegados sindicais.»

«A SOLUÇÃO DA CRISE NÃO PASSA POR UMA POLÍTICA DE AUSTERIDADE»

Frente a esses dados, o texto passa a considerar as alternativas para a crise económico-financeira. As recentes medidas governamentais constituem uma das principais preocupações da Inter:

«A situação económica do País é difícil, mas é tão grave como certas forças políticas apregoam com o claro propósito de justificar uma política antipopular, em que os principais sacrificados sejam as classes trabalhadoras.

E ainda:

«O congelamento da contratação colectiva, o aumen-

to substancial dos preços de produtos de amplo consumo popular já anunciado, a fixação de baixos impostos sobre rendimentos não provenientes do trabalho, a multiplicação de impostos indirectos que atingem fundamentalmente as classes trabalhadoras, aumentando o custo de vida, os subsídios a empresas exportadoras, entre as quais se encontram mesmo multinacionais, tudo isto são exemplos concretos, que provam de uma forma extremamente clara, que a política de austeridade dos actuais órgãos do poder serve o capital e é realizada contra os interesses dos trabalhadores e à sua custa.»

E os ataques à Reforma Agrária têm — segundo a Inter — «o objectivo de justificar uma política de entrega de terras aos latifundiários. Paralelamente, tudo o que poderia ser feito para facilitar o aumento da produção agrícola e a diminuição dos sacrificios do heróico proletariado rural, como as facilidades de crédito para as sementeiras e alfaias agrícolas, e o pagamento rápido das colheitas entregues, é deliberadamente boicotado.

É de salientar que onde a Reforma Agrária se tem feito foi garantido o direito ao trabalho a todos os trabalhadores, acabando totalmente o desemprego.»

REFORÇO DA INTERSINDICAL

A possível revogação do princípio de unicidade sindical merece a atenção da Inter ao salientar: «A liberdade sindical é uma das liberdades democráticas institucionizadas na lei. Contudo, à medida que se desenvolvia o processo revolucionário, as forças do capital intensificaram progressivamente os seus ataques ao movimento sindical. Estes ataques encontram a sua justificação na luta que o movimento sindical tem travado pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e pelo avanço do processo revolucionário contra os interesses do capitalismo interno e internacional.

E acrescenta:

«Após o 25 de Novembro, a coberto do aparelho de Estado e militar, tem-se cometido significativas arbitrariedades que demonstram as intenções dos actuais órgãos do poder. Os «comandos» fizeram buscas a diversos sindicatos, nomeadamente Rodoviários e Escritórios de Lisboa e Têxteis do Porto. A P. S. P. revisitou minuciosamente o Sindicato da Indústria Hoteleira em Lisboa e por ordem do Governo assalta e encerra o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos. A P. S. P. reprimiu e agrediu os trabalhadores livres em luta por melhores condições de vida e trabalho.

«Agora o Conselho de Revolução, segundo notícias publicadas nos órgãos da Informação está a tentar reverter a Lei das Associações Sindicais, possivelmente com

a finalidade de destruir a unidade do movimento sindical.»

Perante esses factos que representam «uma ofensiva generalizada das forças do capital», a Intersindical Nacional apela para a defesa das conquistas alcançadas. Assim, defende o reforço de acção sindical e um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização, junto de todos os trabalhadores, incluindo o sector de serviços «afastados dos seus irmãos de classe devido à política de divisão seguida pelo fascismo».

É com essas forças que a Inter espera fazer frente à repressão e defender as liberdades sindicais, contestar o congelamento da contratação colectiva.

7 JAN. 1976

Intersindical

Continua a contestação ao VI

A CONSTITUIÇÃO de uma «Comissão de Luta contra o aumento do custo de vida e contra o congelamento de salários» por algumas direcções sindicais afectas ao Secretariado da Inter, que tornou ontem público um comunicado onde analisa a situação desesperada que actualmente atravessam as classes trabalhadoras e convoca uma manifestação para o Estádio 1.º de Maio, no dia 17, é a última posição conhecida deste sector do movimento sindical, que continua a sua contestação aberta ao VI Governo.

De facto, ao contrário do que tinha sido avertedo por alguns analistas pouco depois do 25 de Novembro, relativamente a um significativo recuo táctico por parte das cúpulas da Central Sindical, que poderiam vir a seguir a adaptação do PCP ao novo condicionamento do poder (quando o seu Secretário-Geral sublinhava a necessidade de se compreender a nova situação criada), esse recuo nunca foi perceptível.

Depois de um comunicado deliberadamente ambíguo datado ainda de 26 de Novembro, quando a situação política não era clara, a Inter só voltou a pronunciar-se através do comunicado de 4 de Dezembro, distribuído pelos sindicatos que controlava, onde se empenhava na defesa acérrima dos implicados no 25 de Novembro. Esse comunicado surgiu precisamente na mesma altura em que os sindicatos fora da alçada do Secretariado da Inter distribuíam outro, acusando as direcções sindicais da linha-PC de terem, por meio de «manipulações», desencadeado

os acontecimentos que acabaram por afastar de centros-chave do poder militar oficiais da sua confiança.

A partir das medidas de austeridade decretadas pelo Governo, medidas essas que vêm colocar a maior parte dos trabalhadores numa situação económica bastante mais difícil que antes do 25 de Abril, torna-se fácil canalizar a atenção dos trabalhadores para a contestação ao Governo, qualquer que seja a sua opção política — vejam-se as reacções dos diferentes partidos àquelas medidas.

De resto, no último fim de semana, em Peniche, num comício destinado a comemorar o aniversário da fuga de Cunhal quando esteve preso no Forte desta localidade, o PCP definiu-se concretamente, perante o VI Governo, pela primeira vez depois dos acontecimentos de Novembro, desligando-se da responsabilidade do que foi chamado «a política anti-operária e anti-popular». Nessa altura, afirmou Alvaro Cunhal: «Agora que o PS e o PPD alcançaram a hegemonia do Governo e o mando das pastas da economia e das finanças, aí tendes a sua verdadeira política nua e crua».

Esta posição é tanto mais vantajosa para o partido dirigido por Cunhal e organizações por si controladas, quanto poderia convir acabar com certos rumores de que bases anti-reformistas destas organizações estariam prontas a retirarem-lhes o apoio. Por outro lado, existe agora a possibilidade de recuperar o apoio perdido durante os governos de Vasco Gonçalves, quando a Intersindical se limi-

tava a desempenhar o papel de correia de transmissão entre os centros de decisão (dominados então pelo PCP) e os trabalhadores. Recorde-se que, no tempo de Vasco Gonçalves, nunca foram contestadas por este organismo as decisões governamentais, o que se reflectiu em importantes lutas de trabalhadores que não tinham o apoio do PCP, ao mesmo tempo que figuras destacadas do poder estiveram presentes, como convidados, no Congresso da Intersindical.

Num momento em que se estão a tomar medidas extremamente impopulares, para além do acordo atingido pelos partidos da coligação no que diz respeito ao Ministério da Agricultura (que permite ao PCP manter ainda uma certa influência neste sector), as responsabilidades numa recuperação económica dentro das estruturas capitalistas é um bom campo para fazer convergir e aproveitar o descontentamento popular.

O plenário da Intersindical realizado na semana passada e os seus últimos comunicados exploram já este campo. A manifestação do dia 17 será uma prova de força, que passará a servir a Cunhal como trunfo, quando este necessitar de pressionar os centros de decisão, agora praticamente dominados pelo PS e PPD.

Também as divergências que ultimamente se têm acentuado no movimento sindical, nos sectores que aí passaram a disputar a hegemonia do PCP, virão reforçar as suas posições. Veja-se, a título de exemplo, o que se passa no Sindicato dos Escritórios e no do Comércio. P. A.

NOVO CONGRESSO DOS SINDICATOS

— pede a direcção dos Bancários do Sul

«É preciso tomar as medidas mais rápidas para a convocação de um Congresso Sindical onde sejam aprovados estatutos representativos e democráticos, para que se possa constituir a verdadeira Central Sindical Única e Democrática, e lutar pela reestruturação do Movimento Sindical Português e pela sua unidade» — lê-se num comunicado da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, sobre a assembleia geral do próximo dia 16 e onde se propõe a realização dum novo Congresso dos Sindicatos.

O comunicado, que começa por lembrar os excertos do programa dos corpos gerentes e dos estatutos do Sindicato respeitantes ao problema da Intersindical, subli-

nha a importância da introdução do direito de tendência no movimento sindical, afirmando nomeadamente: «Na altura da discussão dos estatutos do Sindicato, nós abrimos uma frente no movimento sindical português, porque propúnhamos uns estatutos que fugiam ao padrão que o Secretariado da Intersindical apresentava; tentávamos impor na vida sindical um sindicato democrático, um sindicato que permitisse que todas as correntes minoritárias se pudessem exprimir e organizar, isto é, introduzíamos o direito de tendência no movimento sindical português, controlado — até essa altura — por uma única força que, estando em minoria, queria impor um

(Continua na pág. 16)

JANEIRO

PRIMEIRO JANEIRO

11 JAN. 1976 Porto

NOVO CONGRESSO DOS SINDICATOS SOLICITADO PELA DIRECÇÃO DOS BANCÁRIOS DO SUL

Um comunicado da Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, relativo à assembleia geral a realizar no próximo dia 16, assinala que «é preciso tomar as medidas mais rápidas para a convocação de um Congresso Sindical onde sejam aprovados estatutos representativos e democráticos, para que se possa constituir a verdadeira Central Sindical Única e Democrática, e lutar pela reestruturação do Movimento Sindical português e pela unidade».

Novo congresso dos sindicatos

(Continuação da 1.ª pág.)

«regulamento» que lhe permitisse, enquanto tal, controlar a vida sindical e, ao mesmo tempo, integrar estatal e partidariamente os sindicatos».

O comunicado critica seguidamente os estatutos da Intersindical e o Congresso dos Sindicatos («colocado sob a presidência de honra de entidades do aparelho de Estado, estranhas à vida sindical»), entrando então numa abordagem rápida do actual panorama sindical: «A situação sindical hoje é diferente! Grande parte das direcções não são da tendência do actual Secretariado da Intersindical e, onde estão direcções afectas a ela, as mais des vezes não correspondem à confiança da maioria dos trabalhadores. Os trabalhadores portugueses fizeram na prática uma experiência dolorosa do que, de facto, representa a Lei da Unicidade Sindical».

E o comunicado da direcção dos bancários, perante esta situação «e no momento em que no Conselho da

Revolução se discute a Lei Sindical», passa a expor a sua posição face à Intersindical:

1. Somos pela revogação imediata e incondicional da Lei da Unicidade Sindical. Somos contra toda e qualquer legislação que limite ou interfira com as formas de organização dos trabalhadores. O que essa Lei deve focar é o reconhecimento da liberdade dos trabalhadores se organizarem sindicalmente como entenderem.

«2. O Secretariado da intersindical não é representativo, não só por ter sido auto-eleito, mas também por os estatutos que regem aquela organização permitirem a manutenção desta situação, não possibilitando o funcionamento democrático da Central Sindical e também porque a tendência que se encontra no Secretariado não representa hoje a maioria no movimento sindical português. O movimento sindical continua por reestruturar; a verticalização não foi feita, mantendo-se a organização corporativa, isto é, por profissões e por zo-

nas geográficas. Esta direcção é por uma Central Sindical Única, democrática, independente do Estado, do patronato, partidos políticos e instituições religiosas e com direito de tendência.

«3. A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas afirma-se claramente contra a cisão e o pluralismo sindical, e pela unidade sindical. Propõe-se, desde já, lutar por uma Central Sindical Única dos trabalhadores portugueses, por uma Central Sindical democrática, em que seja respeitado o direito de tendência».

A direcção do Sindicato dos Bancários, que decidiu suspender o pagamento da quotização para a Intersindical, termina o seu comunicado referindo-se à decisão que deverá ser tomada na assembleia do dia 16: «A única posição correcta a assumir pelos bancários é a da permanência na Intersindical, pois só assim conseguiremos unirmos aos outros sindicatos que se batem por uma Intersindical controlada pelos trabalhadores».

13 JAN. 1976 Lisboa

Bancários vão discutir permanência na Inter

Em Assembleia Geral convocada para o próximo dia 16, vai ser decidida a permanência, ou não, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas na Intersindical.

A actual direcção do Sindicato acaba de tornar pública a sua posição, afirmando-se contra o pluralismo e pela unidade sindical, num comunicado que intitulou «Por uma Central Sindical Unica e Democrática».

Depois de contestar os Estatutos e o actual Secretariado da Intersindical, aquela direcção precisa os pontos em que virá a fundamentar o seu comportamento na Assembleia, da seguinte maneira:

«Somos pela revogação imediata e incondicional da Lei da Unidade Sindical.

Somos contra toda e qualquer legislação que limite ou interfira com as formas de organização dos trabalhadores. O que essa lei deve focar é o reconhecimento da liberdade dos trabalhadores se organizarem sindicalmente como entenderem.

O Secretariado da Intersindical não representativo, não só por ter sido auto-eleito mas também por os Estatutos que regem aquela organização permitirem a manutenção desta si-

tução, não possibilitando o funcionamento democrático da Central Sindical e também porque a tendência que se encontra no Secretariado não representa hoje a maioria no Movimento Sindical Português.

O movimento sindical continua por reestruturar; a verticalização não foi feita, mantendo-se a organização corporativa, isto é, por profissões e por zonas geográficas.

Esta Direcção é por uma Central Sindical Unica, democrática, independente do Estado, do patronato, partidos políticos e instituições religiosas e com direito de tendência.

É preciso portanto, tomar as medidas mais rápidas para a convocação de um Congresso Sindical onde sejam aprovados estatutos representativos e democráticos, para que se possa constituir a verdadeira Central

Sindical Unica e Democrática, e lutar pela reestruturação do Movimento Sindical Português e pela sua unidade.

A Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas afirma-se claramente contra a cisão e o pluralismo sindical, e *pela unidade sindical*. Propõe-se, desde já, lutar por uma Central Sindical Unica dos Trabalhadores Portugueses, por uma Central Sindical Democrática em que seja respeitado o direito de tendência.»

Com vista à concretização do último propósito enunciado, a actual direcção do Sindicato afirma que se baterá «pela realização de um congresso sindical, propondo publicamente a todas as direcções sindicais, ao Secretariado da Intersindical e a todos os sindicalizados, a convocação de um Congresso Sindical».

JORNAL NOVO

Lisboa

13 JAN. 1976

BANCÁRIOS E INTERSINDICAL

Na sexta-feira, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, decorre uma assembleia geral convocada pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, cujo ponto único é o seguinte: «Discussão e votação sobre a permanência do nosso sindicato como membro da Intersindical para cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 8.º dos Estatutos e, eventualmente, outros aspectos das relações com aquela organização».

Entretanto, a direcção dos Bancários manifestou o seu apoio à luta dos trabalhadores dos CTT pelas 40 horas semanais.

A CAPITAL

LISBOA

13 JAN. 1976

Realiza-se na próxima sexta-feira, pelas 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, uma assembleia extraordinária do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Segundo o texto da convocatória, a ordem de trabalhos é constituída por um ponto único: Intersindical Nacional (discussão e votação sobre a permanência do Sindicato na Intersindical e, eventualmente, de outros aspectos das relações com aquela central sindical).

14 JAN. 1976

A propósito da assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas, que se realiza amanhã no Pavilhão dos Desportos na qual se irá decidir sobre a permanência ou não na Intersindical, um grupo de bancários socialistas de Torres Vedras divulgou um comunicado em que defende a existência de uma só central sindical, «única solução que serve os interesses das classes trabalhadoras, frente ao capitalismo, rumo ao socialismo». Para este grupo de trabalhadores «o votar «sim» quanto à permanência na Intersindical não reflecte qualquer intuito de conservar a actual estrutura daquela central sindical, mas deverá antes traduzir a inabalável vontade de a transformar. O objectivo é a criação de uma única central sindical, democrática e independente, que possibilite o avanço para o socialismo, forjado na unidade dos trabalhadores, unidade essa que terá de ser consolidada na prática diária».

A LUTA

15 JAN. 1976

Lisboa

AMANHÃ, NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

BANCÁRIOS DISCUTEM INTERSINDICAL

«Discussão e votação sobre a permanência do nosso sindicato como membro da Intersindical» — é o ponto único da ordem de trabalhos da assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que se realiza amanhã, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

A maioria dos observadores olha com atenção para esta assembleia e para a decisão que dela poderá sair. Com efeito, muitas direcções sindicais democráticas aguardam, de há muito, a decisão dos bancários, classe que já no tempo do fascismo esteve na vanguarda da luta pela emancipação dos trabalhadores. A opção que marcar esta assembleia poderá orientar decisões futuras de muitos sindicatos.

Neste contexto convém sublinhar que a direcção dos bancários, ao mesmo tempo que move uma luta intransigente contra o cupulismo do Secretariado da Intersindical e pela sua democratização, recusa o pluralismo como solução para a divisão que actualmente caracteriza o movimento sindical português. É possível que a proposta a apresentar pela direcção aos trabalhadores reunidos em assembleia geral, inclua a permanência na Inter, com a convocação de um congresso sindical e a revogação imediata e incondicional da lei da unidade sindical.

Entretanto, a mesma direcção dará ainda hoje uma conferência de Imprensa sobre a assembleia geral de amanhã.

A INTERSINDICAL QUE TEMOS NÃO É A INTERSINDICAL QUE QUEREMOS

Este o título de um comunicado da Secção Coordena-

dora dos Núcleos dos Bancários Socialistas de Lisboa sobre a Intersindical e a posição dos bancários na assembleia geral de amanhã. Fazendo a defesa enérgica de uma central sindical única e democrática, e repudiando o pluralismo, o comunicado crítica a saída da Intersindical nos seguintes termos: «Sair da Intersindical é abandonar um bastião de luta, um símbolo de unidade, manchado por cúpulas dirigistas que fomentam a divisão. Sair da Intersindical é, hoje, retirar a direcções verdadeiramente representativas, que para tanto elegemos e que urge defender, a possibilidade de denunciar publicamente essas posições traidoras que são a rotina da cúpula — Secretariado — deste organismo. Sair da Intersindical é abandonar a possibilidade de engrossar o número daqueles que, com propósitos de unidade, procuram ali dentro congregar esforços — é hoje cada vez maior o número de direcções democráticas — no sentido de a Intersindical se transformar na Central Única que, numa verdadeira e concreta orientação unitária de massas, representando a vontade dos trabalhadores, seja uma força indestrutível na luta pela construção do socialismo».

A Secção Coordenadora dos Núcleos dos Bancários Socialistas de Lisboa propõe a manutenção da representação do Sindicato na Intersindical, a revogação da Lei da Unicidade, a convocação do autêntico congresso dos sindicatos, a revisão dos Estatutos da Inter, com a consagração do direito de tendência, bem como o pagamento da quotização anterior (3%).

Bancários do sul e ilhas debatem a questão da Intersindical

É já amanhã que se realiza a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, onde será debatida a questão da permanência ou não na Intersindical. Daí que as diversas tendências institucionalizadas de acordo com os estatutos do sindicato e a secção coordenadora dos núcleos dos Bancários Socialistas de Lisboa, tenham tomado posição sobre este importante assunto cujos reflexos no interior daquela central única são evidentes.

Assim, a coordenadora socialista de Lisboa divulgou um comunicado em que, sob o título a *Intersindical que temos não é a Intersindical que queremos*, se analisa o processo de constituição da Central Única dos Trabalhadores, ainda em vigência do fascismo, e se pergunta significativamente: "a actuação da Intersindical, nestes 20 meses decorridos, terá sido aquela a que se propunha?"

Os bancários socialistas observam depois que a resposta a essa pergunta "é profundamente negativa", e acusam a Intersindical de ter constituído, desde o 25 de Abril, "um polo de articulação com as determinantes de uma só tendência político-sindical, bem conhecida e tão bem repudiada pela esmagadora maioria dos trabalhadores".

E prossegue o comunicado: "É facilmente notória a conotação partidária que a actuação do secretariado da Intersindical deixa ver nas tomadas de posição ao longo destes meses, desde procurar levar a reboque e fazer cair os trabalhadores no logro da unicidade sindical, imposta por lei, ao sectarismo denunciado nas comemorações do 1.º de Maio de 75, onde foram evidentes as tentativas de exclusão da grande maioria dos trabalhadores portugueses, expressas em provocações e mesmo agressões, perpretadas em todos os que se não

identificassem com a corrente partidária seguida pelo secretariado; até à perfeita identificação com o aparelho de Estado, como aconteceu no Congresso dos Sindicatos, em que a presidência da mesa foi dada a vários membros do Governo, como o ex-maior Costa Martins e o *companheiro Vasco*".

E mais adiante: "Para os bancários socialistas, que sempre defenderam e defenderão a unidade dos trabalhadores, é condição absolutamente necessária para a luta vitoriosa contra o capitalismo e o fascismo, baterem-se por uma central sindical única e democrática, verdadeiramente representativa. É neste momento' mais do que nunca, que urge criar condições para essa unidade, não só pelo divisionismo lançado no movimento sindical português por forças já referidas, como também por forças de direita que nisto estão vivamente interessadas".

Depois de sublinharem que "esta actuação divisionista do secretariado da Intersindical tem tido como resultado a saída, cada vez mais crescente, de sindicatos da Central Sindical", a coordenadora de Lisboa dos bancários socialistas propõe:

"1 - a revogação imediata da lei da unicidade sindical.

2 - a breve convocação do autêntico Congresso dos Sindicatos, em termos que dele nasça finalmente uma Intersindical renovada, que se

manifeste como a Central Sindical Única que os trabalhadores portugueses desejam.

3 - a consagração do direito de tendência nos estatutos a aprovar nesse Congresso, por entendermos que só duma estrutura democrática, numa base anticapitalista, onde seja garantida a expressão e representatividade das minorias é possível emanar a unidade.

4 - que os bancários e todos os trabalhadores mantenham na Intersindical, mesmo nas actuais circunstâncias, a representação dos seus sindicatos, que ali defenderão, apenas e só, as posições que os trabalhadores entendam como justas.

5 - que não se reconheçam decisões tomadas no último "Congresso", designadamente a que se refere à quotização aprovada em ponto prévio, devendo por isso manter-se a quotização anterior (3%), até que este e outros assuntos venham a ser discutidos no Congresso que propomos".

O SINDICATO E AS TENDÊNCIAS

Enquanto isto, a direcção do Sindicato fazia divulgar um comunicado em que tomava posição contrária ao congelamento da contratação colectiva pelo VI Governo Provisório. Por outro lado, foi publicado um texto de cada uma

das três tendências existentes sobre a questão da Intersindical.

Assim, para a tendência A, "a direcção (do Sindicato) dá instruções para serem vigiadas as contas dos militares que fizeram o 25 de Abril, lança comunicados a caluniar a Intersindical e outras organizações de trabalhadores, remete-se ao silêncio perante as prepotências que lhes são movidas e, curiosamente, estranha o não ser consultada pela Intersindical. Aqui, a propósito, diz o povo: *os caloteiros primeiro pagam as suas dívidas, para depois continuarem a merecer o crédito*". Posição sobre a Inter: "apoio crítico".

Já a tendência C "defende a manutenção do sindicato como membro da Intersindical, desenvolvendo ali uma acção constante em defesa da democraticidade interna daquele organismo, como meio de fortalecer o movimento sindical e contribuir para a unidade dos trabalhadores. Deverá a direcção, ao representar o sindicato, reflectir a opinião que os associados lhe transmitam como sua vontade de prática sindical, não descurando nunca as consultas que cada caso importante imponha. Com o desenvolvimento de uma prática sindical correcta por parte das diferentes organizações sindicais, a Intersindical não poderá deixar de cumprir integralmente a sua missão de organismo coordenador e dirigente do movimento sindical".

SENHORES COMERCIANTES DE PRONTO-A-VESTIR

A NICORTE tem para si a **preços especiais**, restos de colecções. Brevemente apresentaremos a nova colecção de Primavera/76. Especializados em jeans. Veja na Rua neves Ferreira, 3-B — Lisboa ou contacte-nos pelos telef. 820845/6/7.

Bancários

Três tendências quanto à Inter

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas promove, amanhã, às 9 e 30, no Pavilhão dos Desportos, uma Assembleia Geral para discussão das tendências representadas naquele organismo face à questão da Intersindical.

A tendência A, coincidente com a posição da actual direcção, contesta a estrutura actual da Intersindical, «porque não a considera representativa dos trabalhadores».

A tendência B, que está na origem da emancipação do movimento sindical, recusa o pluralismo, que «só pode servir para enfraquecer os Sindicatos». Com grande experiência de luta, esta tendência que tem por lema a unidade antifascista, conseguiu no tempo do fascismo arrancar alguns Sindicatos «ao controlo das Corporações. Em 1945 pela via democrática conquistaram-se cerca de 50 Sindicatos Nacionais. Apesar da repressão fascista ter desencadeado uma feroz repressão contra os Sindicatos que viviam numa semiclandestinidadade fundou-se em 1 de Outubro de 1970, em reunião convocada pelas direcções dos Sindicatos dos

Caixeiros, Lanifícios, Metalúrgicos, Propaganda Médica e Bancários de Lisboa, o embrião da Central Sindical Única».

Mais tarde, depois do 25 de Abril, surgiu a questão da Unidade Sindical definida pela tendência B como «uma grande vitória dos trabalhadores». Dos 189 Sindicatos manifestaram-se 167 pela Unidade Sindical e apenas 22 a recusaram. Em liberdade dos trabalhadores portugueses fizeram o seu Congresso, aprovaram os Estatutos da Intersindical Nacional e elegeram um Secretariado com a participação de 200 Sindicatos e centenas de Comissões Sindicais. A infiltração partidário veio, porém, lançar a divisão entre os trabalhadores.

A tendência B, no momento político de crise que atravessamos, penso que a classe se devia pronunciar sobre o que está acontecer no nosso país. «Com efeito são assaltados e fechados Sindicatos por bandos armados de G3, assassinos sindicais e outros trabalhadores quando usam o seu direito de manifestação e reunião, o custo de vida sobe em flecha, fábricas são fechadas

e trabalhadores postos no desemprego. O que faz a direcção?» Pergunta a tendência B.

E continua: «Dá instruções para serem vigiadas as contas dos militares que fizeram o 25 de Abril, lança comunicados a caluniar a Intersindical e outras organizações de trabalhadores e remete-se ao silêncio perante as prepotências que lhe são movidas...».

E acrescenta: «Legitimamente aceitamos e compreendemos críticas à actuação da Intersindical que, naturalmente com 20 meses de vida em liberdade e não poucos ataques e calúnias, tem insuficiências». Embora reconhecendo os erros cometidos pela Intersindical, a tendência B vai dar-lhe «o seu apoio crítico» na próxima Assembleia Geral.

Por outro lado a tendência C defende a manutenção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas como membro da Intersindical, «desenvolvendo ali uma acção constante em defesa da democraticidade interna daquele organismo, como meio de fortalecer o movimento sindical e contribuir para a unidade dos trabalhadores».

TEMPO

15 JAN. 1976 Lisboa

Bancários contra Intersindical

Na sua reunião de hoje com os delegados sindicais, a direcção do Sindicato dos Empregados Bancários do Sul e Ilhas irá estudar a estratégia a propor, amanhã, aos seus filiados em assembleia que se espera muito concorrida.

O objectivo é alterar a tendência apurada em voto secreto a partir de cada trabalhador no próprio local de emprego e que deu como resultado a «sugestão» daquele Sindicato se afastar do âmbito da Intersindical.

Só que, pensam os dirigentes sindicais bancários, seguindo tal conselho nunca poderão contribuir para modificar o *pécêpismo* da "Inter". Nesta conformidade, julga-se que na reunião de amanhã será proposta a sua in-

tegração no organismo representativo da *unicidade* dos trabalhadores, embora com uma quota de apenas 3 por cento (o estipulado é 6 por cento) para assim poderem combater as "ideias" minoritárias e sectárias da Intersindical.

Aliás, seria este objectivo o que ditou a proposição de um Congresso de Sindicatos pelo dos bancários, segundo um documento divulgado há dias. O regresso de todos os sindicatos de linha política diferente da defendida pela "Inter" ao seio desta, figura como tema a apresentar nessa *cimeira*. Precisamente para com mais força se proceder ao afastamento dos actuais "donos" da discutida *cabeça* sindical.

BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS SIM OU NÃO À INTERSINDICAL?

Está a decorrer um plenário dos delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, cuja ordem de trabalhos inclui, além do período normal de informações, a discussão de alguns pontos concretos dos problemas que se levantam à classe, nomeadamente no que respeita à Intersindical, ao nivelamento salarial e à reestruturação da banca.

A questão mais importante é, sem dúvida, acerca da Intersindical, cuja discussão se põe em termos de permanecer ou não na central única dos trabalhadores e, no caso de permanência, definir concretamente as condições em que se deve verificar e ainda quais as tarefas que no seu seio devem competir a este sindicato. Sobre o assunto, a direcção do sindicato pretendeu dar público conhecimento da sua posição, tendo interrompido os trabalhos do plenário ao princípio da tarde, para iniciar uma conferência de imprensa em que expôs as razões que lhe assistem.

Entretanto, está marcada para amanhã uma assembleia geral da classe, após a qual o assunto ficará definitivamente — assim se espera — arrumado. A consulta à classe estava prevista desde as últimas eleições para os corpos gerentes do sindicato, de que saiu vencedora a lista da actual direcção, cuja composição se distribui por elementos afectos ao P. S. e ao M. R. P. P.

Todavia, a direcção do sindicato tinha já indicado a sua linha de acção, através de um comunicado distribuído à imprensa, em que afirma:

«Somos pela revogação imediata e incondicional da Lei da Unicidade Sindical.

«Somos contra toda e qualquer legislação que limite ou interfira com as formas de organização dos trabalhadores. O que essa lei deve focar é o reconhecimento da liberdade dos trabalhadores se organizarem sindicalmente como entenderem.

«O Secretariado da Intersindical não é representativo, não só por ter sido auto-eleito mas também por os estatutos que regem aquela organização permitirem a manutenção desta situação, não possibilitando o funcionamento democrático da central sindical e também porque a tendência que se encontra no Secretariado não representa hoje a maioria no momento sindical português.»

Depois de afirmar que se baterá pela realização de um congresso sindical, a direcção dos Bancários do Sul diz:

«Somos por uma central única, democrática, independente do Estado, do patronato, de partidos políticos e instituições religiosas e com direito de tendência.

«Somos contra a cisão e o pluralismo sindical e pela unidade sindical.»

JANEIRO

1.º de Janeiro

15 JAN 1976

POR SUGESTÃO DE UM ENCONTRO DE SINDICATOS

Necessidade de uma manifestação para contestar o congelamento da contratação de trabalho e o aumento do custo de vida

Da União dos Sindicatos do Porto, com o pedido de publicação, recebemos o seguinte: «Por sugestão do Sindicato dos Metalúrgicos, com o apoio dos Sindicatos Têxtil e Gráficos, realizou-se na passada sexta-feira, dia 9 de Janeiro, nas instalações do Sindicato dos Metalúrgicos, um Encontro de Sindicatos onde problemas tão graves como a suspensão da contratação e o aumento do custo de vida, os débitos à Previdência e o Inquérito enviado pelo Ministério do Trabalho, mereceram uma ampla discussão para que sejam encontradas as soluções mais justas no interesse de todos os trabalhadores.

«De acordo com a Ordem de Trabalhos sugerida pelo Sindicato dos Metalúrgicos, os sindicatos presentes à reunião abordaram os seguintes pontos:

- 1 — Suspensão da contratação e aumento do custo de vida;
- 2 — «Inquérito às organizações de trabalhadores», por parte do Ministério do Trabalho;
- 3 — Previdência.

«A importância das questões a discutir e o pouco tempo disponível, obrigaram os sindicatos presentes a adiarem a discussão dos 2.º e 3.º pontos da Ordem de Trabalhos, havendo no entanto e desde já, no que diz respeito ao «Inquérito» enviado pelo Ministério do Trabalho a todos os sindicatos, uma afirmação de repúdio por parte da grande maioria dos sindicatos presentes na reunião. Entendem os sindicatos que o referido «Inquérito» mais não é que uma tentativa mal disfarçada de ingerência no movimento sindical, tentando amarrá-los ao Governo e comprometê-los na política económica antipopular que tem vindo a ser praticada.

De acordo com as medidas preconizadas para combater o avanço do capital e do fascismo, com o consequente agravar das condições de vida das classes trabalhadoras, os sindicatos presentes decidiram promover reuniões nas empresas e nos sindicatos, explicando a todos os trabalhadores a situação que o País vive no momento e as formas de luta a adoptar para defender as conquistas revolucionárias do Povo Português.

* RESOLUÇÕES APROVADAS

No final foram aprovados os seguintes pontos:

1.º — Dado que o congela-

mento da contratação e o constante aumento do custo de vida, implica na diminuição dos salários dos trabalhadores;

2.º — Atendendo a que estas medidas põem em causa as conquistas dos trabalhadores, que através da contratação melhoraram as suas condições de vida.

Consideramos:

1.º — A necessidade de os sindicatos, comissões de trabalhadores, secretariado das empresas em autogestão e cooperativas realizarem uma manifestação para contestarem o congelamento da contratação e o aumento do custo de vida.

2.º — Que saia deste encontro um manifesto aprovado pelos sindicatos para ser discutido com os trabalhadores.

3.º — Que se realize novo encontro de sindicatos entre 19 e 21 de Janeiro, para se preparar a manifestação com base na discussão feita junto dos trabalhadores.

INQUÉRITO AOS SINDICATOS E COMISSÕES DE TRABALHADORES PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Por iniciativa do Departamento de Relações com as Organizações do Trabalho (D. R. O. T.), organismo directamente dependente do Ministério do Trabalho, está a decorrer um inquérito aos sindicatos, comissões de trabalhadores e outras organizações de massas, cujo prazo de resposta termina no próximo dia 20 do corrente.

Esta manhã, no Ministério, elementos do D. R. O. T. explicaram, em conferência de Imprensa, a competência daquele departamento e os objectivos visados com a inquirição às organizações dos trabalhadores.

No que se refere ao primeiro ponto, foi afirmado que compete ao D. R. O. T. «promover consultas com as organizações do trabalho a respeito das medidas de política em preparação no Ministério; apoiar a acção do Ministério no domínio dos conflitos de trabalho e da defesa da democracia sindical; dinamizar a resolução dos assuntos das organizações do trabalho nos vários serviços do Ministério; pôr à disposição dessas organizações informações científicas e técnicas, legislação do trabalho, relatórios de conjuntura, etc., e, em geral, promover relações de cooperação entre o Ministério e as organizações do trabalho».

Anteriormente anunciado com a designação de Gabinete de Apoio à Vida Sindical, o organismo passou, entretanto, a designar-se D. R. O. T., por se ter reconhecido «posteriormente, que o nome escolhido não exprime correctamente as intenções com que o organismo foi criado, suscitando até acusações de ingerência na vida das organizações de trabalhadores, paternalismo, etc.» e para «evitar mal-entendidos e vincar bem que se respeita a independência das organizações de trabalhadores».

Um elemento do D. R. O. T. pronunciou-se, depois, sobre o inquérito que está em curso, assinalando que tem carácter político-sindical e não estatístico. A razão do seu lançamento ficou a dever-se à necessidade de «entendimento mútuo e da cooperação entre as organizações de

massas dos trabalhadores e o Ministério do Trabalho» num momento em que «o País está mergulhado numa crise económica muito grave».

As conclusões «serão tomadas pelo Ministério do Trabalho como ponto de referência fundamental em toda a sua intervenção na política de combate à crise económica do VI Governo Provisório».

AS PERGUNTAS DO INQUÉRITO

O inquérito incide sobre três questões: política de contratação colectiva, política de relações de trabalho e política de defesa da democraticidade das organizações de trabalhadores. No que respeita à política de contratação colectiva, foram formuladas as seguintes questões aos sindicatos e comissões de trabalhadores: «Qual a posição geral da organização face à crise económica que abala o país e suas implicações na política de contratação colectiva a seguir no próximo ano? Importa ainda especificar esta posição no que respeita às metas a atingir em matérias importantes como salário mínimo nacional e salário mínimo do sector representado; horário de trabalho nacional e horários especiais; despedimentos; férias e subsídios de férias, subsídio de Natal, subsídios da Previdência. Vê a organização interesse em traduzir as conclusões tiradas da pergunta anterior numa Plataforma de Entendimento sobre Reivindicações Económicas entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos, para o combate à crise económica? Quais os pontos fundamentais que, na opinião da organização, deveria incluir a futura Lei da Contratação Colectiva? Tem a organização conhecimento de situações particulares de desigualdade ou de diferenciações salariais entre sectores e regiões que afectam os trabalhadores?»

Quanto à política de relações

de trabalhos, as perguntas do D. R. O. T. foram as seguintes:

«Quais as críticas de fundo que faz a organização à política de relações de trabalho até agora seguida pelo Ministério do Trabalho do VI Governo Provisório? Que características fundamentais deve ter, na opinião da organização, a futura Lei da Greve? Como articulá-la com a Lei do Controlo da Produção? Qual a política de relações de trabalho a adoptar no que respeita às pequenas e médias empresas, neste período de crise económica? Como resolver os excessos cometidos em matéria de saneamentos e ocupações de empresas? Que tipo de concretização deve ter esta política na Lei da Greve e na Lei do Controlo da Produção?»

Relativamente ao último ponto, o D. R. O. T. perguntou: Qual a posição da organização face à Lei Sindical em vigor? Tem sugestões a apresentar para a sua eventual revisão? Que aspectos fundamentais deve revestir um futuro estatuto legal para as comissões de trabalhadores?»

A UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA CONTESTA

Entretanto, sobre o mesmo tema, distribuiu a União dos Sindicatos de Lisboa um violento comunicado no qual se «alertam todas as organizações de trabalhadores que porventura tenham recebido o inquérito para o seu carácter antioperário, pseudo-democrático e divisionista».

Convidado um elemento do D. R. O. T. a comentar aquela acusação, limitou-se a afirmar não estranhar aquela reacção por parte de um organismo ligado à Intersindical.

Acrrca da posição do Ministério do Trabalho sobre a questão da unicidade sindical, foi afirmado que o Ministério apoia uma «central única e democrática» de trabalhadores.

Sindicato dos Bancários e a Intersindical

Século
16-1-76

Estando neste momento em causa a posição do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas face à Intersindical, a assembleia geral extraordinária dos trabalhadores daquele sector que se efectua hoje, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, reveste-se, por isso, de natural expectativa.

O ponto único dos trabalhos é «a discussão e votação sobre a permanência do Sindicato como membro da Intersindical». A opção que marcar esta assembleia poderá orientar decisões futuras de muitos outros sindicatos, dado que os bancários, já no tempo do fascismo, estiveram sempre na vanguarda da luta pela emancipação dos trabalhadores.

Neste contexto convem sublinhar que a direcção do Sindicato dos Bancários, ao mesmo tempo que move uma luta intransigente contra o cupulismo do secretariado da Intersindical e pela sua democratização, recusa o pluralismo como solução para a divisão que caracteriza actualmente o movimento sindical português.

Na conferência de Imprensa, ontem efectuada, um dos elementos do sindicato deu a conhecer a proposta da direcção que vai ser apresentada à assembleia, onde esta se mostra favorável à permanência naquela central sindical para evitar o divisionismo e o aparecimento de outra organização paralela, alertando os trabalhadores para as atitudes que não deixaram de ser tomadas e tal propósito.

Igualmente foi afirmado que a proposta da direcção incluirá o propósito de realizar um congresso sindical, onde se aprovelem estatutos representativos e democráticos, para uma verdadeira central sindical única e democrática, e desse modo seja possível a libertação total dos sindicatos do jugo dos estatutos da Intersindical e do órgão que à parte dessa organização tem vindo a colocar um «colete de forças» aos trabalhadores portugueses.

A terminar, foi dito em relação às manifestações a realizar hoje e amanhã em Lisboa, que estas não visam a melhoria dos trabalhadores, mas o alcançar privilégios perdidos.

A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul propõe que este sindicato permaneça na Intersindical e «lute no seu seio pela unidade de todos os sindicatos», exigindo também a «imediata revogação da lei da unicidade sindical». Esta posição foi ontem revelada numa conferência de Imprensa e o problema da Intersindical será hoje debatido numa assembleia da classe.

Capital - 16.1.76

Bancários do Sul defendem revogação da unicidade sindical

DIA
16/1/1976

A Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas emitiu um comunicado onde afirma a necessidade de se tomarem «medidas mais rápidas para a convocação de um Congresso Sindical, onde sejam aprovados estatutos representativos e democráticos, para que se possa constituir a verdadeira Central Sindical Única e Democrática e lutar pela reestruturação do Movimento Sindical Português e pela sua unidade».

O documento publicado adianta: «Somos pela revogação imediata e incondicional da lei da Unicidade Sindical. Somos contra toda e qualquer legislação que limite ou interfira com as formas de organização dos trabalhadores.» Ali se diz também: «O secretariado da Intersindical não é represen-

tativo, não só por ter sido auto-eleito, mas também por os estatutos que regem aquela organização permitirem a manutenção desta situação não possibilitando o funcionamento democrático da Central Única e também porque a tendência que se encontra no secretariado não representa hoje a maioria do movimento sindical português.» A direcção do Sindicato dos Bancários, que suspendeu o pagamento de quotização para a Intersindical, termina o comunicado referindo-se à Assembleia do dia 16 adiantando que a única posição correcta dos trabalhadores é da permanência na Intersindical, «pois só assim conseguiremos unir-nos aos outros sindicatos que se batem por uma Intersindical controlada pelos trabalhadores.»

Ficar na Intersindical e lutar pela sua democratização

— proposta da direcção dos bancários
a apresentar
na assembleia geral desta noite

A assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que vai realizar-se esta noite, foi assunto de uma conferência de Imprensa, concedida pela respectiva direcção sindical na tarde de ontem, durante um intervalo do plenário de delegados sindicais. Após a leitura do comunicado conjunto de 17 sindicatos — que já transcrevemos na nossa edição de ontem — fez-se um apelo a todos os trabalhadores bancários para que participem na assembleia geral.

Entrando propriamente na análise da Intersindical, um dos dirigentes dos bancários criticou a tese do abandono, argumentando com o divisionismo a que tal comportamento tem conduzido e que só tem servido as forças que querem o pluralismo. O mesmo dirigente afirmou ainda que «é dentro da Intersindical que se pode transformar aquela estrutura, impondo-lhe um funcionamento democrático e um Secretariado representativo dos trabalhadores e construir a central única dos trabalhadores, sob pena de correremos o perigo do pluralismo que, neste momento, é uma ameaça grave para todos os trabalhadores portugueses».

A crítica do pluralismo sindical foi, aliás, uma das tónicas da conferência de Imprensa, que deixou bem vin-

cado o repúdio da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas por qualquer «tipo paralelo de organização sindical», que serviria apenas, conforme se disse, a direita e a burguesia. É neste contexto que se deve entender a proposta da direcção a ser apresentada à assembleia geral desta noite, de que transcrevemos as partes mais significativas: «Que o nosso sindicato permaneça na Intersindical e lute no seu seio pela unidade de todos os sindicatos na Central Sindical Única, democrática e independente (...) na qual seja respeitado o direito de tendência; que seja exigida pelos trabalhadores bancários reunidos nesta assembleia a imediata revogação da lei da unicidade sindical; que o nosso sindicato se afirme claramente contra a cisão e o pluralismo sindical, pela defesa da verticalização e pela unidade sindical, competindo à direcção, designadamente, desenvolver no seio da Intersindical uma luta correcta para a convocação do Congresso Sindical, do qual deverão sair os estatutos da verdadeira Central Sindical Única, Democrática e Independente; que a quotização do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas para a Intersindical seja fixada em 3%, sem prejuízo da sua eventual alteração no autêntico Congresso Sindical.»

LUTA - 17-1-76

Bancários ficam na Intersindical

Sindicatos dos Bancários: permanecer na Intersindical para colocá-la ao serviço dos Trabalhadores, corrigindo a linha cupulista, sectária e antidemocrática do actual secretariado nacional.

(PAG. 8)



BANCÁRIOS DECIDIRAM PERMANECER NA INTER

* Grande vitória sobre o pluralismo sindical

Luta - 17-1-76

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas continua a pertencer à Intersindical. A decisão foi tomada ontem no decorrer de uma Assembleia Geral convocada exclusivamente para discutir e votar a permanência do sindicato na central única dos trabalhadores portugueses, em cumprimento, aliás, do consignado nos estatutos e no programa dos respectivos corpos gerentes.

Numa assembleia muito concorrida e pelo sistema de voto secreto, entraram nas urnas um total de 2631 boletins de voto: 1830 a favor da permanência na Intersindical, contra apenas 760 pelo abandono. Os votos brancos e nulos foram em número de 41.

Antes de mais, esta assembleia e a decisão dela saída marca a vitória da unidade dos trabalhadores, que o mesmo será dizer a derrota do pluralismo. Este, sem dúvida, o primeiro ponto a realçar, tanto mais que se adivinhava uma ofensiva dos sectores direitistas — que realmente se veio a verificar, trazida numa proposta de abandono da Inter. Esta proposta, que terá sido, com toda a probabilidade, da autoria de bancários afectos ao PPD,

mereceu contudo uma concludente resposta negativa, tendo os trabalhadores presentes afirmado inequivocamente o seu repúdio pelo pluralismo e, simultaneamente, o seu propósito de construir a unidade entre os sindicatos e todos os trabalhadores deste País.

«A contra-revolução espera o nosso abandono» — afirmou, a propósito, um dos muitos intervenientes nos debates. Posições idênticas foram sendo expressas ao longo da noite — e citamos só mais um exemplo: «Há forças políticas que tentam dividir os trabalhadores e criar o pluralismo sindical», acusação logo de seguida concretizada na referência a «um partido que não tem aceitação pelas classes trabalhadoras» e que, no entanto, propunha a saída da Intersindical.

Mas a crítica do pluralismo — fomentado, como alguém afirmou, pela «direita fascista e pela direita liberal» — não constituiu a tônica exclusiva da assembleia dos bancários. Com efeito, também os sectores afectos à Intersindical, com relevo para o seu Secretariado Nacional, não cessaram de ser continuamente mimoseados por quantas intervenções foram feitas ao microfone do Pavilhão dos Desportos de Lisboa. Desde «canalhas reles» até «traidores», foram muitos e variados os adjectivos utilizados numa tentativa de definição daquele secretariado. Houve, todavia, quem propusesse, e com certos resultados, a distinção

entre a Intersindical e o respectivo Secretariado, até porque, citando um dos trabalhadores intervenientes, «não estar na Inter é criar condições para o pluralismo» — pluralismo que, na opinião do presidente da direcção dos bancários, «é já, neste momento, uma grave ameaça para todos os trabalhadores portugueses».

«UM MARCO NO MOVIMENTO SINDICAL»

Aguardada com grande expectativa em todos os meios político-sindicalis, a noite de ontem poderá ter confirmado o voto do Conselho Fiscal do sindicato, que, em documento lido na altura do expediente, se referia à decisão a ser tomada como uma «data histórica no sindicalismo português». O mesmo tema seria de imediato retomado por um dos dirigentes, quando se referiu aos trabalhos como podendo vir a constituir um «importante marco no movimento sindical português».

A vitória sobre a tentação do pluralismo sindical e sobre as forças de direita que nele apostam, páralelamente a uma demarcação nitida da tendência dominante na Intersindical, conjugado com a posição de vanguarda que desde sempre este sindicato tem assumido, todos estes factores vieram reforçar o ímpeto do sindicalismo democrático e de base. «Este sindicato tem grandes responsabilidades, tanto sindicais como políticas — referiu-se a propósito. Muitos trabalhadores de outros sectores estão à espera da nossa posição». Quem ganhou verdadeiramente, após a fria noite de ontem, foram os trabalhadores e a perspectiva da sua libertação.

OS BANCÁRIOS NA VANGUARDA

Classe que sempre esteve na frente de luta contra o fascismo e o capitalismo; primeiro sindicato a votar uns estatutos verdadeiramente democráticos, com direito de tendência; estrutura que marca uma das mais profundas derrotas da linha da Intersindical — os bancários assentaram desta feita um duro golpe em todos quantos desejam pluralismo. É o que se deve chamar, a todos os títulos, um sindicato de vanguarda.

Abre-se-lhe, agora um vasto campo de intervenção à construção da unidade entre os trabalhadores, numa central sindical única, democrática e independente. Tarefa árdua que passa obrigatoriamente por um grande trabalho organizativo e de massas. De imediato, podemos adivinhar um primeiro nível de actuação, que está ligado a Antero Martins, «bancário», que pertence, aliás em lugar de grande relevo, ao Secretariado da Intersindical. Eleito, como todos os outros dirigentes da central sindical, no último Congresso dos Sindicatos, o sr. Antero Martins não é elemento representativo da classe, pelo que será lícito pôr em questão a legitimidade do seu cargo.

Ainda que os bancários tenham decidido permanecer na Intersindical, os trabalhos ainda não foram dados por concluídos. Trata-se, agora de saber qual a posição do sindicato no seio da Inter, acerca da qual existem diversas propostas, já admitidas à discussão, e coincidentes na generalidade. Aquelas propostas serão discutidas numa próxima assembleia geral, a realizar em breve.

Acalorado debate sobre a permanência na Intersindical

Diário de Notícias
17-1-76

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas realizou ontem à noite, no Pavilhão dos Desportos, uma assembleia geral extraordinária, que tinha como ponto único da sua ordem de trabalhos a questão da permanência do Sindicato na Intersindical.

Com uma assistência calculada em cerca de quatro mil pessoas, a assembleia geral iniciou os seus trabalhos cerca das 22 horas, com a leitura da convocatória e do expediente geral do conselho fiscal, que salientou o facto de «o Pavilhão dos Desportos estar a ser cenário de uma data histórica no sindicalismo português», na luta por «uma Intersindical democrática e independente».

Foi, seguidamente, lida uma moção dos delegados sindicais, reunidos, anteontem, em plenário, a qual manifestava «solidariedade e apoio à posição da direcção do sindicato de permanência na Intersindical», tendo, entretanto, chegado à mesa diversas mensagens e telegramas, como por exemplo da Madeira, onde os bancários votaram contra a permanência do Sindicato na Intersindical, de Torres Novas, favorável à permanência mas exigindo a reestruturação da central única, do Banco Pinto & Sotto Mayor «repudiando a tentativa de criação de qualquer outra central sindical; somos pela crítica dos erros cometidos e por uma direcção apartidária», e da Chamusca, cujos trabalhadores bancários expressaram a sua anuência à permanência do sindicato na Intersindical.

Falou, depois, um dos elementos da direcção do Sindicato, afirmando, nomeadamente, que «esta assembleia geral constituirá mais um importante passo no movimento sindical português», e acrescentando que «só quando os trabalhadores derem as mãos numa frente unitária será possível destruir a opressão».

Aquele membro da direcção sublinharia, mais adiante, que «o pluralismo sindical é uma grande ameaça para todos os trabalhadores» e que «sair da Intersindical é retirar às direc-

ções sindicais a possibilidade de público repúdio das traições cometidas nas costas dos trabalhadores».

Foi então lida a proposta da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas sobre a Intersindical, na qual, depois de considerar que «as decisões do chamado Congresso dos Sindicatos, realizado em Julho de 1975, não podem ser aceites pelos trabalhadores em virtude de resultarem de uma prática antidemocrática e enfeudada ao aparelho do Estado» e que «somente uma Central Sindical Única pode servir os interesses da classe trabalhadora e que só ela poderá existir e levar à prática a defesa desses interesses, desde que seja democrática e independente», propõe que «o nosso sindicato permaneça na Intersindical e lute no seu seio pela unidade de todos os sindicatos na Central Sindical Única, democrática e independente do Estado, do patronato, dos partidos políticos e das instituições religiosas, no qual seja respeitado o direito de tendência» e ainda que «seja exigida pelos trabalhadores bancários reunidos nesta assembleia a imediata revogação da lei da unicidade sindical, bem como o reconhecimento de que só aos trabalhadores cabe decidir da sua organização em defesa dos seus interesses de classe».

Esta proposta foi aprovada, por maioria para admissão, dando-se então início ao período das intervenções, que teve numerosas inscrições.

Cerca das 24 horas, a mesa interrompeu as intervenções, para pôr à discussão as propostas admitidas, salientando-se a rejeição, por esmagadora maioria, de uma que propunha o afastamento do Sindicato da Intersindical.

Entretanto, a referida assembleia geral prosseguia ainda à hora do fechó do nosso jornal, pelo que não nos foi possível apurar os resultados da votação sobre a permanência, ou não, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas na Intersindical Portuguesa, sendo de prever, contudo, dado o desenrolar da assembleia geral, que a mesma se pronunciará favoravelmente.

17 JAN. 1976 Lisboa

BANCÁRIOS DO SUL VOTAM PERMANÊNCIA NA INTERSINDICAL

Capital - 17-1-76

VARIOS milhares de trabalhadores do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas aprovaram, ontem, por esmagadora maioria, a permanência daquele organismo na Intersindical. A decisão foi tomada através da realização de um escrutínio secreto em que foram apurados cerca de 1830 votos a favor e 760 contra. Quanto à linha de actuação do Sindicato dos Bancários na Intersindical, nada está ainda definido, prevendo-se contudo, a realização de uma nova assembleia geral extraordinária para discussão deste tema.

Debruçando-nos agora sobre a assembleia que ontem se efectuou no Pavilhão dos Desportos importa salientar as limitações da discussão que precedeu o escrutínio.

Os poucos oradores que falaram (a maioria — 27 — não usaram a palavra em consequência de um requerimento que entrou na mesa cerca da meia-noite, após pouco mais de uma hora e meia de discussão) mostraram-se sobretudo preocupados com declarações de princípio sobre as suas intervenções; «não queremos influenciar a assembleia; são só achegas para a votação que se vai seguir».

Por outro lado, foi também significativo o ataque feito por muitos dos oradores ao actual secretariado da Intersindical, que ali mesmo foram apodados de «canalha reles» e «socialis-fascistas». Estas intervenções provocaram desde muito cedo a divisão da assembleia: enquanto uns aplaudiam, outros apupavam perguntando se era assim que se fomentava a unidade dos trabalhadores.

Durante esta assembleia de bancários foram ainda aprovadas para discussão (em próxima reunião geral de sócios) várias pro-

postas em que se perspectivavam as linhas de actuação da direcção dos bancários na Intersindical. Apenas duas das propostas lidas não foram aceites: uma que preconizava a saída da Intersindical e outra que defendia que fosse retirado da proposta da direcção o ponto referente à revogação da lei da unicidade sindical.

No entender dos subscritores desta última proposta, revogar a lei da unicidade sindical abre campo ao avanço do pluralismo. A questão é que as leis numa sociedade de classes não são coisas abstractas: elas traduzem inevitavelmente uma relação de forças num dado momento. O que sucedeu em Janeiro, com a lei da unicidade sindical foi que os trabalhadores tiveram a força necessária para pôr na lei aquilo que defendia os seus interesses: a unidade sindical.

Sobre a permanência ou não

do Sindicato dos Bancários na Intersindical a mesa da assembleia informou ainda os presentes que na Madeira tinha sido aprovada a saída da central sindical única, por 217 votos contra aproximadamente oitenta e cinco.

P. Populær

17 JAN. 1976 Lisboa

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL: SIM À INTERSINDICAL

O Sindicato dos Bancários do Sul, decidiu, por 1830 votos a favor e 760 contra manter-se na Intersindical. Esta decisão foi tomada, em assembleia geral, realizada ontem, no Pavilhão dos Desportos. A linha política a que subordinará a actuação do Sindical na Intersindical será decidida em assembleia geral, a efectuar-se em breve.

NOTÍCIAS

JORNAL NOTÍCIAS

18 JAN. 1976 Porto

SINDICATO DOS BANCÁRIOS NA INTERSINDICAL

Em assembleia geral realizada no Pavilhão dos Desportos, e que terminou ontem, de madrugada, o Sindicato dos Bancários do Sul resolveu, por 1830 votos a favor e 760 contra, manter-se na Intersindical.

Decorrerá, porém, brevemente, nova assembleia, para debater a linha política a seguir pelos bancários, na Intersindical.

Sindicatos põem em causa política económica e de trabalho

Alguns milhares de trabalhadores concentraram-se na tarde de sábado no Estádio 1.º de Maio em protesto contra o aumento do custo de vida e o congelamento da contratação colectiva. A iniciativa pertenceu a um grupo de 11 sindicatos de Lisboa e Setúbal, apoiados por outros 36 de vários pontos do país, e ainda por 48 comissões de trabalhadores, 44 de moradores e mais cerca de 50 organizações várias. A Intersindical, optando por uma presença discreta, manifestou o seu apoio através de uma moção enviada do plenário nacional, que decorria ao mesmo tempo em Coimbra.

Tornaram também público o seu apoio à manifestação o PCP, o MDP-CDE, o MES, a LCI, o PRP e a FSP.

Ao reservar as principais intervenções do comício para os representantes dos metalúrgicos, da construção civil e do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, foi manifesta a intenção de recordar o espaço de pressão política antes exercida sobre o VI Governo. Ao mesmo tempo,

na medida em que a luta já não visa a sua queda, como os discursos proferidos noutros comícios vêm sublinhando, esboça-se uma reorientação de objectivos para o terreno específico de acção das organizações sindicais, com o abandono da directa intervenção política antes verificada. Comício charneira, portanto, entre o que foi perdido com o 25 de Novembro e a preparação de novas formas de intervenção sindical ainda indefinidas, o que poderá explicar uma certa frieza dos manifestantes e alguma desmobilização que foi abrindo maiores clareiras no estádio que nunca chegou a estar inteiramente cheio.

Partindo dos dois temas centrais da manifestação, foram alvo de críticas repetidas os ministérios responsáveis pela política económica e do trabalho. A resposta em termos de luta a empreender, para lá das condenações formais, só seria dada pelas conclusões do plenário de Coimbra, que por um lado respondem à proposta de uma trégua (um pacto) há pouco proposto aos sindicatos

pelo primeiro-ministro para a rejeitar ou para indicar o seu preço, é o que ainda se desconhece, e por outro constituem a ofensiva que permitirá à Intersindical defrontar a oposição crescente à linha do seu Secretariado.

CONTRA AS FORÇAS MAIORITÁRIAS DO GOVERNO

"Agora que as forças conservadoras dominam o Governo, definem a política de preços e salários e orientam toda a política económica, o povo português começa a pagar as custas da viragem à direita e a conhecer na prática a "democracia" e o "socialismo" que têm para lhes oferecer os que ontem tudo fizeram para impedir o avanço do processo revolucionário e hoje detêm o mando no nosso país" esta a tese central de todas as intervenções, proferida quase a

abrir o comício por um dirigente sindical da construção civil.

"Não há dia em que os preços não subam, em que os produtos não faltem nos locais de venda, em que não se anunciem mais privações e dificuldades para os trabalhadores e mais facilidades e vantagens para os parasitas", acrescentou o mesmo orador, para adiante responsabilizar "as forças maioritárias do Governo, que embora continuem falando em democracia e socialismo o que pretendem é restaurar o capitalismo".

Quanto ao congelamento dos salários, fez-se a sua integração na política geral do Ministério do Trabalho, muitas vezes designado comoh "das corporações". Os seus responsáveis foram acusados de "vir agora desenterrar velhas fórmulas do arsenal do fascismo e do corporativismo e de realizar, sob a capa demagógica da "batalha da economia" e de

palavras caras aos trabalhadores (como socialismo, liberdade, pluralismo democrático), uma política anti-operária que se dirige contra as conquistas das classes trabalhadoras e está ao serviço da recuperação do capitalismo!".

"Neste momento tudo está, ou pode estar, em perigo", afirmou o representante dos metalúrgicos (Noutro momento do comício dir-se-ia que "isto pode ser democracia, mas vai a caminho do fascismo").

Enumerando os pontos de acusação, seriam referidos o "prolongar do congelamento da contratação sob formas camufladas até ao último trimestre do ano", as normas que se preparariam para limitar o direito à greve, a intenção de reduzir salários por via administrativa nas empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado, as alterações à lei do controlo

operário aprovada anteriormente pelo Conselho da Revolução (e que visariam introduzir formas de co-gestão nas empresas), "a tentativa de retirar as credenciais passadas às Comissões de Trabalhadores das empresas em auto-gestão", "a passividade colaboracionista perante as manobras dos patrões sabotadores para recuperar as empresas em que o Estado interveio".

Antes de vir a afirmar a "total desconfiança no Ministro Tomás Rosa e no Secretário de Estado do Trabalho, Marcelo Curto", foi ainda referida a intervenção no Sindicato dos Farmacêuticos e a criação de um Departamento de Relações com as organizações do trabalho, como atentados à liberdade sindical, retornado assim a generalidade do contencioso entre a Intersindical e o Ministério do Trabalho, desde que a saída do capitão Costa Martins.

INTERSINDICAL: QUINZE DIAS PARA O GOVERNO RECONDUZIR OS PREÇOS ÀS TABELAS DE 25 DE NOVEMBRO

COIMBRA, 19 — Reunidos durante dois dias, tempo que se mostrou insuficiente para a análise de todos os pontos da agenda de trabalhos, os sindicatos nacionais, em encontro no Inatel desta cidade, aprovaram algumas importantes propostas, que foram largamente discutidas (houve cerca de 130 intervenções) pelos delegados de cerca de uma centena de sindicatos.

Na verdade, unicamente, a alínea referente à organização sindical e informações, não chegou a ser abordada por falta de tempo.

Os aspectos deste plenário que mais se salientaram, foram, sem dúvida, os referentes ao aumento do custo de vida, congelamento da contratação, desemprego e controlo operário, assim como o respeitante à Reforma Agrária.

Assim, quanto ao primeiro ponto, e apresentada pelo Secretariado da Intersindical Nacional e União dos Sindicatos de Aveiro, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Setúbal e Viana do Castelo e, ainda, pela Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanfícios e Vestuário, foi apresentada e aprovada uma proposta, com elevado número de considerandos, do seguinte teor:

«1 — Que todas as organizações de estrutura sindical — comissões de delegados sindicais, sindicatos, uniões locais e distritais, federações e secretariados da Intersindical Nacional — levem de todas as formas (directas e através dos meios de comunicação) ao conhecimento de todos os trabalhadores e sejam dispostas por eles em reuniões e grandes assembleias nos seus locais de trabalho, todas as resoluções e documentos aprovados neste plenário.

2 — Que a acção fundamental de todos os dirigentes e militantes sindicais seja no sentido de contacto directo

com as massas como única forma de realização prática das resoluções tomadas neste plenário e contidas nesta proposta.

3 — Que seja posto aos órgãos do Poder, inequivocamente, o seguinte: a) — Que decretem medidas de congelamento efectivo dos preços e reposição dos mesmos ao nível dos praticados até 25 de Novembro de 1975 e se tomem medidas reais de combate aos intermediários; b) — Que descongelem as contratações colectivas de trabalho; c) — Que seja publicada a legislação já aprovada no Conselho da Revolução sobre controlo operário; d) — Que tomem medidas no sentido de criar mais postos de trabalho para combate ao desemprego; e) — Que sejam tomadas medidas fiscais que façam recair nos sectores privilegiados a austeridade para saneamento da economia.

4 — Para a promulgação destas medidas que se dê o prazo de 15 dias aos actuais órgãos do Poder.

5 — Caso não sejam tomadas no todo ou em parte as medidas preconizadas no ponto 3, todo o movimento sindical deve tomar medidas firmes a estabelecer em discussão na estrutura sindical e em todos os locais de trabalho.

6 — Tais medidas poderão ir até à greve parcial ou total, deverão ter em conta as condições concretas, não só dos sectores de actividade como das zonas geográficas.

7 — Que seja dada a maior divulgação desta proposta através dos meios de comunicação existentes, assim como às entidades oficiais civis e militares.

8 — Que todas as organizações sindicais fiquem obrigadas a remeter ao Secretariado da Intersindical Nacional os resultados das discussões havidas nos locais de trabalho e nos sindicatos, ou através

das uniões sindicais ou, directamente, para que seja coordenada toda esta acção a levar a cabo no sentido do êxito da luta a travar.»

REFORMA AGRÁRIA

No respeitante à Reforma Agrária, depois de referirem a urgente necessidade de se redobram os esforços no sentido de um mais amplo esclarecimento junto dos trabalhadores agrícolas e das ligas de pequenos agricultores, propõe-se que: «Nas zonas do País, onde existam já unidades colectivas de produção, há que avançar rapidamente na criação de secretariados concelhios, compostos por um ou mais elementos de cada unidade, que reunam regularmente e para discutirem e propeorem soluções para os problemas dos respectivos concelhos.

Estes secretariados devem trabalhar no sentido de criarem condições para a formação a nível de concelho de uniões-cooperativas, que desempenhem papel importante no campo da cooperação e ainda na comercialização, planificação e gestão das unidades de produção.

E depois de uma larga referência aos secretariados concelhios, prossegue:

«Na actual fase da Reforma Agrária, os sindicatos dos trabalhadores agrícolas deverão debruçar-se atentamente sobre os problemas referentes ao escoamento dos produtos da unidade de produção, fomentando a criação de cooperativas de consumo a nível local, procurando o alargamento da comercialização dos produtos nos grandes centros urbanos, criando as estruturas que se mostrem necessárias.

A resolução deste problema, colocando no mercado directamente os produtos agrícolas, baixará os seus preços e assim beneficiará todo o povo português, especialmente as classes mais desfavorecidas.»

INTERSINDICAL DEBATE MEDIDAS A TOMAR

A discussão de problemas ligados ao aumento do custo de vida, congelação da contratação colectiva de trabalho, controlo operário da produção e Reforma Agrária, ocuparam ontem, a maior parte da primeira sessão do plenário da Intersindical, reunido em Coimbra, segundo informou à Anop, Jaime Machado, do Secretariado da Central sindical única.

Os noventa e nove sindicatos, dez uniões e várias confederações e delegações sindicais presentes, começaram por apreciar um documento onde o Secretariado da Inter analisa a actual situação política e propõe algumas medidas a tomar no âmbito sindical.

Os trabalhos prosseguirão amanhã no edifício da Inatel, com continuação do debate

do ponto único do plenário, «medidas a tomar face à actual conjuntura política», esperando-se uma maior afluência de representantes sindicais.

BANCÁRIOS DO P. P. D.

Considerando a Intersindical «uma organização sectária mais interessada em defender posições partidárias que os verdadeiros interesses das classes trabalhadoras», o Gabinete dos Socioprofissionais Bancários do P. P. D. alerta os bancários sociais-democratas para «a firme tomada de posição a fazer valer na próxima assembleia geral do sindicato, no sentido da saída da Intersindical».

Dlx

Segunda-feira, 19 de Janeiro de 1976

Bancários ficam na Intersindical

Os trabalhadores bancários decidiram permanecer na Intersindical por 1830 contra 760 votos. Apesar de uma próxima assembleia ir decidir qual a orientação da direcção dos bancários na Inter, tudo leva a crer que ela será de oposição ao actual secretariado.

A decisão de ficar na Inter foi tomada na assembleia de sexta-feira, no Pavilhão dos Desportos, com a presença de cerca de quatro mil trabalhadores.

A proposta que apontava para a saída da Intersindical foi

rejeitada por esmagadora maioria assim como uma outra que defendia que fosse retirado da proposta da direcção o ponto referente à revogação da lei da unicidade sindical.

O pluralismo sindical foi, no entanto, um dos ataques da actual direcção dos bancários, que nunca pôs em causa a existência de uma central única de trabalhadores. Mas sim a democraticidade do seu secretariado. O Sindicato dos Bancários é um dos que subscreve a realização de um congresso de sindicatos.

19 JAN. 1976 Lisboa

Bancários permanecem na «Inter»

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas mantém-se na Intersindical Nacional.

A decisão foi tomada em assembleia geral, na passada sexta-feira, por 1830 votos a favor e 760 contra. Numa próxima assembleia, a realizar brevemente, será definida a linha de orientação do Sindicato no seio da Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses.

Partindo da análise do decorrer dos trabalhos de sexta-feira, publicada na nossa edição de sábado, é de prever que a actuação dos bancários na «Inter» se oriente no sentido duma oposição ao actual secretariado, não pondo em causa, porém, a existência da Central Sindical Única. O ataque ao pluralismo sindical foi, aliás, uma das tónicas das intervenções dos elementos da direcção do Sindicato no decorrer da assembleia. A proposta que apontava para a saída imediata da intersindical foi rejeitada por esmagadora maioria, assim como uma outra que defendia que fosse retirado da proposta da direcção o ponto referente à revogação da lei da unicidade sindical.

Este último e importante ponto será também discutido na próxima assembleia geral extraordinária dos bancários, ainda não marcada.

O DIA

19 JAN. 1976 Lisboa

Bancários do Sul e Ilhas: na Inter para a converter

Os trabalhadores bancários do Sul e Ilhas decidiram-se pela permanência do seu sindicato na Intersindical, recusando assim o pluralismo sindical.

Esta decisão que um trabalhador afirmou ser "um importante marco no movimento sindical português" foi tomada em assembleia geral, realizada no passado dia 16, em Lisboa.

Grande número de oradores fizeram, no decorrer da assembleia, violentas críticas ao secretariado da Intersindical, considerado um "organismo de cúpula instrumentalizado partidariamente" e cuja acção foi apodada de "divisionista e traidora".

Mas a necessidade de

permanecer na Inter — lutando no interior por uma linha de actuação mais consentânea com os interesses dos trabalhadores — foi exposta, exaustivamente, por vários trabalhadores visto que o abandono, enfraqueceria a unidade dos trabalhadores.

A lei da unicidade sindical, a questão da contribuição monetária para a Inter foram temas debatidos com ardor e sem peias por muitos bancários presentes que, terão ainda de decidir, em assembleia geral a realizar em breve, as normas porque regerão a actuação da sua organização sindical no seio da Intersindical, em ordem à construção da unidade dos trabalhadores em volta de uma central sindical única, democrática e independente.

Bancários do Sul: Sim à «Inter»

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas decidiu, por 1830 votos a favor e 76 contra, manter-se na Intersindical.

Tal decisão foi tomada, em Assembleia Geral, realizada no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

A linha política a que aquele sindicato subordinará a sua actuação na «Inter» será decidida em Assembleia Geral, a realizar em breve.

C. Porto
20.1.76

O Sindicato dos Bancários continua na Intersindical

Seculo
20.1.76

Os trabalhadores bancários pronunciaram-se em assembleia geral pela permanência do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas na Intersindical. Nas urnas entraram 2631 boletins de voto, sendo 1830 a favor da permanência na Intersindical, 760 por abandono e os restantes 41 brancos e nulos.

Com esta decisão abre-se

uma luta correcta contra todas as formas de divisão e pluralismo sindicais e de acordo com a proposta da direcção do Sindicato, apresentada na aquela assembleia, desejava-se: a unidade de todos os sindicatos na Central Sindical Única, democrática e independente do Estado, do patronato, dos partidos políticos e das instituições religiosas, na qual seja respeitado o direito de tendência; a imediata revogação da Lei da Unicidade Sindical, bem como o reconhecimento de que só aos trabalhadores cabe decidir da sua organização em defesa dos interesses da classe.

Ainda antes da votação, outras propostas foram admitidas à discussão sobre a posição do Sindicato no seio da «Inter», a convocação do Congresso Sindical e a quotização do Sindicato para a Intersindical, assuntos que devem ser apreciados pelos trabalhadores numa próxima assembleia geral, a realizar brevemente.

DIÁRIO INSULAR

ANGRA DO HEROÍSMO

20 JAN 1976

Bancários do Sul defendem revogação da unicidade sindical

A Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas emitiu um comunicado onde afirma a necessidade de se tomarem «medidas mais rápidas para a convocação de um Congresso Sindical, onde sejam aprovados estatutos representativos e democráticos, para que se possa constituir a verdadeira Central Sindical Única e Democrática e lutar pela reestruturação do Movimento Sindical Português e pela sua unidade».

O documento publicado adianta: «So-

mos pela revogação imediata e incondicional da lei da Unicidade Sindical. Somos contra toda e qualquer legislação que limite ou interfira com as formas de organização dos trabalhadores.» Ali se diz também: «O secretariado da Intersindical não é representativo, não só por ter sido auto-eleito, mas também por os estatutos que regem aquela organização permitirem a manutenção desta situação não possibilitando o funcionamento democrático da Central Única e também porque a tendência que se encontra no secretariado não representa hoje a maioria do movimento sindical português.» A direcção do Sindicato dos Bancários, que suspendeu o pagamento de quotização para a Intersindical, termina o comunicado referindo-se à Assembleia do dia 16 que a única posição correcta dos trabalhadores é da permanência na Intersindical, «pois só assim conseguiremos unir-nos aos outros sindicatos que se batem por uma Intersindical controlada pelos trabalhadores.»

20 JAN. 1976

U.S.P./INTERSINDICAL

Protesto contra os saneamentos no Ministério do Trabalho

A União dos Sindicatos do Porto/Intersindical protesta, num comunicado, contra a «vaga de substituições e saneamentos nas delegações do Ministério do Trabalho, nomeadamente na delegação do Porto», tanto mais que se trata de funcionários que «no essencial correspondiam às justas expectativas de todos os trabalhadores no tratamento dos problemas que dependiam das medidas de actuação daquele ministério.»

Nos mesmo documento a USP/Intersindical critica a actuação dos actuais dirigentes do Ministério do Trabalho, dizendo:

«Tentou reduzir salários (Sector de Vestuário), e mostrou pouco ou nenhum interesse pelo cumprimento de contratos colectivos já aprovados (ex: CCT dos Metalúrgicos), chegando ao cúmulo de contestar direcções recente e democraticamente eleitas pelos

trabalhadores (Químicos de Lisboa);

o Ministério do Trabalho intercede nas questões internas de Sindicatos (encerramento e posterior entrega das instalações do Sindicato à lista B da Indústria e Comércio Farmacêuticos), tomando decisões que de nenhuma forma se enquadram dentro de uma linha de defesa dos trabalhadores, chegando por vezes a contrariar a própria Lei das Associações Sindicais (reconhecimento do «Sindicato» das Empregadas Domésticas, organização claramente enfeudada às «Zitas», em detrimento do «Sindicato do Serviço Doméstico», este sim, decididamente virado para a defesa dos trabalhadores);

o Ministério do Trabalho pratica uma política conciliatória com o patronato explorador, abrindo as portas para o regresso de sabotadores eco-

nómicos, comprometendo toda a luta dos trabalhadores portugueses pelo controlo organizado das empresas;

o Ministério do Trabalho contesta a validade das credenciais passadas pelo anterior Gabinete a comissões de trabalhadores, de gestão, e outras estruturas dos trabalhadores nas empresas, colocando dezenas de milhares de trabalhadores em dificuldades, em cooperativas e empresas em autogestão;

o Ministério do Trabalho enviou a todos os sindicatos um denominado «inquérito as organizações de trabalhadores», que mais não pretende do que amarrar os sindicatos à política económica antioperária do Governo, ao mesmo tempo que procura desenterrar velhas questões já resolvidas a contento dos trabalhadores;

mais: o «Inquérito é uma tentativa mal disfarçada de inge-

rência nos assuntos internos dos sindicatos, procurando reduzir a zero a sua independência face ao Governo;

o Ministério do Trabalho é responsável pela suspensão da contratação colectiva, impedindo os trabalhadores de lutarem por melhores salários pela via contratual, contra o brutal aumento de preços;

com o afastamento de elementos da confiança dos trabalhadores, resultará, na prática, um reforço da orientação antipopular que este ministério tem vindo a adoptar. O Secretariado da USP/Intersindical apela a todos os sindicatos, a todas as organizações de trabalhadores, para que defendam intransigentemente o nível de vida das classes exploradas, lutando pelo levantamento da suspensão da contratação colectiva e contra o congelamento de salários, pela independência e liberdades sindicais.»

22 JAN. 1976 Lisboa

Sindicatos denunciam o plenário da Inter

Elementos das direcções de sete sindicatos manifestaram-se ontem, em conferência de Imprensa, contra as arbitrarias atitudes da Intersindical, no recente plenário realizado em Coimbra, onde, a seu ver, foram aprovados estatutos antidemocráticos e eleito um secretariado fantoche, afirmando que o clima de terror e a proibição do livre exercício dos profissionais de Imprensa foi, por si só, factor indicativo da orientação daquela central única, culminando a sua acção com a atitude discriminatória contra os representantes do Sindicato dos Farmacêuticos, proibidos de participar no plenário.

A que les elementos entendem que resta como alternativa o desencadear de uma luta no próprio seio da Intersindical, de maneira a criar condições para a realização de um congresso efectivamente democrático e interpretaram a greve geral como correia de transmissão de uma determinada orientação política, para imputar ao VI Governo o congelamento dos contratos colectivos de trabalho quando, em verdade, todos os demais Governos anteriores congelaram tais contratos, mais que não fosse por os guardar no fundo das gavetas, referindo que no capítulo do custo de vida o que importa para os trabalhadores é a contenção dos preços e não o demagógico aumento dos salários e reafirmando-se dispostos a defender as suas posições na sequência daquele plenário, amanhã e depois, em Lisboa.

Sindicatos presentes na conferência de Imprensa: Técnicos de Desenho, Escritório (Lisboa), Farmacêuticos, Seguros do Sul, Caixeiros e Escritório de Faro, Bancários do Sul e Ilhas.

22 JAN. 1976

Unidade sindical não imposta por lei

— objectivo de sindicatos democráticos
presentes no plenário da Intersindical

«Conscientes da força que representamos na luta pela democracia sindical, subordinados à luta mais geral do povo português pela democracia, independência nacional e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, reafirmamos a nossa determinação em prosseguir a luta pela unidade e unicidade sindical democrática, não imposta por lei, contra todo o tipo de coacção, ameaça e terrorismo». Esta afirmação consta de um comunicado lido no decorrer de uma conferência de imprensa realizada ontem à tarde, na sede do Sindicato dos Seguros do Sul e convocada pelos delegados dos sindicatos democráticos ao plenário da Intersindical de 16 e 17 do corrente.

(Continua na pág. 16)

UNIDADE SINDICAL NÃO IMPOSTA POR LEI

(Continuação da 1.ª pág.)

Aquele documento, que denuncia «a ingerência de vários representantes sindicais encabeçados e manipulados pelo Secretariado da Intersindical nos assuntos internos dos sindicatos», refere igualmente «a atmosfera de terror» que se respira nos plenários da Inter e que visaria «impedir a denúncia de desmascaramento» das posições contrárias aos trabalhadores. Acusa-se, finalmente, esta forma de actuação de permitir «o pluralismo sindical, empurrando para fora da central sindical sindicatos com direcções democraticamente eleitas».

A tónica das intervenções que a seguir foram feitas, foi semelhante ao comunicado referido, sendo contudo de destacar a do dirigente do Sindicato dos Seguros, que, após ter acusado a Intersindical de «não defender a unidade dos trabalhadores», acentuou a necessidade de lutar pela unidade e por um aparelho sindical que possa servir a unidade dos trabalhadores». Aquele dirigente alertou ainda os trabalhadores para não confundirem «a orientação, manipulação, erros e traições do Secretariado da Intersindical com a unicidade», e chamou a atenção para a «tentação do pluralismo sindical». E a finalizar: «Estes erros não serão combatidos eficazmente com novos erros».

Por seu turno, o delegado do Sindicato dos Escritórios de Lisboa defendeu uma central sindical única como a melhor forma de defender os interesses dos trabalhadores, enquanto a formação de uma segunda central sindical constituiria, além de um «tremendo erro», uma verdadeira «derrota dos trabalhadores».

A proposta de um outro dirigente foi a de «permanecer na Intersindical e lutar, no seu interior, por um secretariado e por uns estatutos verdadeiramente democráticos».

Participaram na conferência de imprensa delegados dos seguintes sindicatos: Escritórios de Lisboa, Indústria e Comércio Farmacêutico, Seguros do Sul, Técnicos de Desenho, Bancários do Sul e Ilhas e Federação Regional do Sul dos Escritórios. No plenário da Intersindical solidarizaram-se ainda com o Sindicato dos Farmacêuticos os delegados de outras direcções sindicais: Caixeiros e Escritórios de Faro, Ourives, Comércio de Lisboa, Comércio e Caixeiros de Santarém, Construção Civil de Guimarães, Serrações de Leiria, Construção Civil de Leiria e Comércio e Escritórios de Leiria.

23 JAN. 1976

INTERSINDICAL E O 25 DE NOVEMBRO:

«NÃO HOUE GOLPES NEM CONJURAS»

Em comunicado do seu Secretariado Nacional que, aliás e mais uma vez, o nosso jornal não recebeu, a Intersindical classifica o Relatório Preliminar aos acontecimentos do 25 de Novembro de «um reflexo das fortes pressões que as forças da direita têm feito para ultrapassar o poder político-militar instituído e para nos imporem de novo uma ditadura reaccionária».

Retomando a tese de que o 25 de Novembro nada teve a ver com «golpes» ou «conjuradas», o Secretariado da central sindical portuguesa reconhece que «apelou para uma mobilização parcial dos trabalhadores com a finalidade de defender os postos abastecedores de água, energia e comunicações, seriamente ameaçados pelo grupo reaccionário concentrado em Rio Maior».

A Intersindical, que considera ainda as análises do Relatório do 25 de Novembro «simplistas e subjectivas», apela, a finalizar o seu comunicado, à «vigilância, unidade e firmeza» dos trabalhadores em volta «das suas conquistas democráticas, nomeadamente as suas organizações sindicais».

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL

Prosegue durante este fim de semana, no Teatro da Trindade, em Lisboa, o plenário nacional da Intersindical.

A ordem de trabalhos será preenchida com a discussão do actual momento político, económico e social, na continuação, aliás, das sessões realizadas nos passados dias Trabalho, a quem porá ao 16 e 17, em Coimbra.

Esta manhã, o seu Secretariado Nacional deverá ser recebido pelo ministro do corrente das decisões tomadas no último plenário e que estão relacionadas nomeadamente com o congelamento da contratação colectiva. Estão previstas igualmente entrevistas com o primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, com o Presidente da República, general Costa Gomes, e com o Conselho da Revolução. De salientar que o plenário da Intersindical concedeu um prazo de 15 dias aos órgãos do Poder para tomar medidas face a um conjunto de exigências relacionadas com o custo de vida, o desemprego, a contratação colectiva e o controlo operário.

24 JAN. 1976 Porto

Representantes de 13 sindicatos do Porto reclamam do Governo leis que obriguem as entidades patronais a pagarem as contribuições em dívida à Previdência

Nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto realizou-se o III Encontro de Sindicatos que reuniu representantes de 13 Sindicatos do Distrito.

Como ponto único da ordem de trabalhos constavam os problemas da Previdência e os despedimentos. Na mesa que orientou os trabalhos estiveram presentes representantes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Gráficos, dois elementos de Comissões Administrativas de Caixas de Previdência e um elemento do sector de Previdência da U.S.P./Intersindical.

Segundo um comunicado ontem distribuído pela U.S.P./Intersindical, no que respeita à Previdência, «foram referidas pelos presentes as deficiências, largamente conhecidas, de funcionamento das Caixas, quer no respeitante à máquina burocrática e incapaz de responder aos problemas dos beneficiários no respeitante a subsídios, abonos, etc., quer na assistência médica e medicamentosa, até aqui ao serviço da medicina privada e das companhias multinacionais de produtos farmacêuticos. Historiou-se em seguida a luta dos trabalhadores pelo controlo da Previdência, tendo sido acentuado diversas vezes o direito inalienável dos trabalhadores, através dos sindicatos e outras organizações do trabalho, de procederem à gestão da Previdência, pois que esta existe graças aos descontos nos salários dos trabalhadores. Foi referida — prossegue o comunicado — a formação, ainda há poucos meses, do Conselho Coordenador da Previdência e da respectiva Comissão Executiva e que o «progressivo acesso ao Controlo da Previdência por parte dos trabalhadores, sofreu agora, depois de uma recente resolução do Conselho de Ministros, um golpe profundo. «Mais adiante o comunicado afirma: «ao pretender estatizar a Previdência, sem qualquer consulta aos trabalhadores, sem garantia de gestão por parte destes, o Estado resolve desse modo o problema das dívidas à Previdência, que orçavam os 15 milhões de contos. Com a resolução da estatização, o Governo procedeu também à dissolução do Conselho Coordenador e da Comissão Executiva, órgãos que vinham desenvolvendo todo um trabalho no campo da democratização e reestruturação da Previdência, em moldes que permitissem uma cobertura eficaz de todos os benefícios, tanto na doença como em abonos e subsídios.

Com a integração da Previdência no Estado medida que em si os trabalhadores não contestam, antes repudiam a forma como se procedeu e as intenções desse procedimento, o Estado certamente «esquecerá» as dívidas do patronato à Previdência, que atingem cerca de 5 milhões de contos (1 milhão só no distrito do Porto).

Foram aprovadas três propostas respeitantes ao problema da Previdência, uma das quais repudia a forma como se processou a estatização, a extinção do Conselho Coordenador e da

Comissão Executiva e a exigência da C.I.P. ao pretender que o subsídio de desemprego saia dos dinheiros da Previdência; de acordo com outra proposta, os sindicatos propõe-se promover reuniões sobre a Previdência com todos os trabalhadores e aproveitar a concentração/comício de sábado, 31 de Janeiro, para tomar posição quanto ao problema e fazer deslocar uma delegação de Sindicatos ao Presidente da República e ao ministro dos Assuntos Sociais para tratar directamente com representantes do Governo a questão da Previdência.»

A proposta sobre a actual situação da Previdência — de que foram enviadas cópias para a Presidência da República, Conselho da Revolução, primeiro-ministro, ministro dos Assuntos Sociais e Assembleia Constituinte — é do seguinte teor:

«Considerando a actual situação da Previdência, caracterizada por um montante de dívidas dos patrões superior a cinco milhões de contos, por uma estrutura burocrática e inoperante e uma assistência médica ao serviço de medicina privada e dos laboratórios das multinacionais; considerando que por causa disso os trabalhadores, segurados da Previdência, vêm em risco a regular prestação dos benefícios e a melhoria dos mesmos, são vítimas de atrasos injustificáveis e de uma assistência médica desprestigiada e sem qualidade que faz a Previdência com o dinheiro dos trabalhadores, sustentar uma medicina elitista, ao serviço das camadas mais favorecidas, os sindicatos presentes na reunião de 22 de Janeiro na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto, reclamam do Governo as seguintes medidas:

«1.º — Promulgação de leis obrigando os patrões a pagar as contribuições em dívida à Previdência, prevendo o confisco dos seus bens particulares ou os dos seus familiares próximos e tendo em conta o apoio às pequenas e médias empresas, em reais dificuldades;

«2.º — Integração imediata da Acção Médico-Social da Previdência num Serviço Nacional de Saúde unificado e sob a responsabilidade do Estado.»

Plenário da Intersindical: conclusões deverão ser hoje divulgadas

O processo de verticalização sindical, a necessidade dos sindicatos alargarem o seu âmbito de acção no seu avanço para defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, a formação de mais federações, sobretudo nas regiões agrícolas e industriais, o esquema de funcionamento e a unidade das comissões sindicais foram os temas debatidos no Plenário da Intersindical que desde sexta-feira se vinha realizando no Teatro da Trindade, em Lisboa, e que ontem terminou, tendo sido aqueles assuntos tratados pelos delegados e dirigentes dos trabalhadores ali representados.

Debataram-se, entretanto, problemas relacionados com o esforço da organização sindical, horário de trabalho nacional, credenciais das comissões de trabalhadores, inquérito do Ministério do Trabalho sobre matéria sindical e, ainda, meio de informação, na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro, classificados de «contra os interesses dos trabalhadores e da Revolução» e que, portanto, «importará corrigir urgentemente».

Ao ser apontada a necessidade dos Sindicatos, Federações e Uniões avançarem na defesa justa e intransigente dos trabalhadores «os elementos da As-

sembleia aludiram ao congelamento da contratação colectiva» que não pode continuar, sob pena de traír uma luta desencadeada a partir da base e da libertação do Povo português em 25 de Abril de 1974».

Uma das moções aprovadas na sessão final de ontem preconizava que os problemas dos trabalhadores fossem resolvidos com a urgência e eficácia que as circunstâncias requerem, como, aliás, foi realçado no encontro que uma delegação da Intersindical Nacional teve em S. Bento, no último sábado, com o Primeiro-Ministro almirante Pinheiro de Azevedo, em que foram debatidas as questões relacionadas com o Plenário de Coimbra, bem como a matéria que ali foi aprovada, designadamente a carestia da vida, o congelamento dos salários e da contratação colectiva (aspecto bastante discutido neste plenário) e os problemas da Previdência, bem como a regulamentação governamental há dias divulgada.

Espera-se que as conclusões aprovadas nesta concorrida Assembleia sejam ainda hoje tornadas públicas em toda a sua extensão e, bem assim, salientados os seus pontos mais significativos.

INTERSINDICAL EM PLENÁRIO

DEFESA INTRANSIGENTE DA UNICIDADE SINDICAL

A defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e da unicidade do movimento sindical constituíram temas dominantes do plenário da Intersindical Nacional que decorreu em Lisboa, no último fim-de-semana.

Neste contexto se insere a moção aprovada no decurso dos trabalhos, na qual se salienta a necessidade da união de todos os trabalhadores «independentemente das suas crenças religiosas ou opções políticas». Do mesmo modo, reafirma-se o propósito de defesa da democracia sindical a todos os níveis e da independência do movimento sindical face aos partidos políticos, Governo, patronato e organizações religiosas e da unicidade, da base ao topo do movimento sindical.

Também o horário de trabalho nacional e o problema das credenciais das comissões de trabalhadores foram temas sobre os quais se debruçou o plenário da Intersindical, que aprovou uma moção, em relação ao primeiro daqueles pontos, na qual se afirma que «aos trabalhadores não podem ser pedidos sacrifícios quando ao mesmo tempo se procura executar a recuperação capitalista da economia, através do aumento do custo de vida; do congelamento de salários; do ataque ao controlo operário da produção; do ataque às nacionalizações e à Reforma Agrária; do aumento dos impostos indirectos; da concessão de facilidades de crédito aos exploradores e que nem sempre um horário superior reflecte maior produtividade».

No que respeita ao segundo tema, o plenário da Intersindical tomou posição antagónica à do Ministério do Trabalho, sugerindo que este «ponha à discussão entre os trabalhadores, através das organizações sindicais, o projecto de decreto-lei que regularize todas as situações».

No decurso dos trabalhos foram ainda aprovados diversos documentos relativos à identificação partidária de listas concorrentes a eleições sindicais, à solidariedade e apoio à justa luta dos reformados pelo direito a uma reforma digna e ainda de apoio à organização do movimento sindical nacional.

Informação em análise

Os problemas da Informação foram igualmente equacionados pelo plenário da Intersindical Nacional, nomeadamente no que concerne ao período pós 25 de Novembro e nos aspectos relacionados com o afastamento ou suspensão de profissionais dos órgãos da comunicação social.

Manifestando-se pela integração imediata de todos os profissionais afastados das suas ocupações, o plenário após decidir-se a favor do direito de manutenção da cedência do tempo de antena, na Rádio, para apresentação do programa «Alavanca», aprovou também uma moção na qual se exige aos órgãos de comunicação social, principalmente à RTP e EPR, ampla cobertura das lutas dos trabalhadores «em termos de os servirem, na medida em que são sustentados por eles» e aos órgãos do Poder para que ponham cobro à manipulação da opinião pública pelos órgãos da direita e à vaga de atentados terroristas, tomando medidas enérgicas e inequívocas.



Uma fase dos trabalhos do plenário da Intersindical Nacional que reuniu, no Teatro da Trindade, 73 delegações sindicais em representação de um milhão e dezasseis mil trabalhadores (Foto «D.N.» — Fernando Farinha)

Plenário da Inter

Reafirmada a defesa da unicidade sindical

A reflexão, discussão e consequente tomada de posição perante os problemas ligados ao «reforço da organização sindical», horário de trabalho nacional, credenciais das comissões de trabalhadores, inquérito do Ministério do Trabalho às organizações sindicais e problemas da Informação, constituíram pólos dominantes da segunda parte do plenário da Intersindical Nacional, realizado este fim-de-semana.

Os trabalhos realizados começaram em Coimbra, nos passados dias 16 e 17, e terminaram agora, em Lisboa, no Teatro da Trindade, com a participação de 73 delegações sindicais em representação de um milhão e 16 mil trabalhadores.

Dos documentos aprovados no decorrer do plenário e relacionados com o teor da sua ordem de trabalhos, foi considerado mais importante a moção «unidade, democraticidade, independência e unicidade sindicais», apresentada pelo Secretariado da Intersindical Nacional.

A moção, que depois de discutida viria a ser aprovada pela maioria dos delegados, apenas com quatro abstenções, «reafirma a necessidade da defesa intransigente dos princípios da unidade de todos os trabalhadores, independentemente das suas crenças religiosas ou opções políticas; da democracia sindical a todos os níveis do movimento sindical unitário; da independência do movimento sindical face aos partidos políticos, Governo, patronato e organizações religiosas, e da unicidade, da base ao topo, no movimento sindical».

O Secretariado da Intersindical Nacional sublinha neste texto que «defenderá, intransigentemente, a unidade de todos os trabalhadores e a unicidade do movimento sindical, combatendo, por todas as formas, as manobras divisionistas e o pluralismo sindical».

O horário de trabalho nacional e o problema das credenciais às comissões de trabalhadores foram objecto de reflexão por parte dos participantes que, de uma maneira geral, se viriam a manifestar contra a «política anti-operária prosseguida pelo Ministério do Trabalho».

Relativamente ao problema do horário de trabalho nacional, o plenário aprovou uma moção em que se considera «que aos trabalhadores não podem ser pedidos sacrifícios quando ao mesmo tempo se procura executar a recuperação capitalista da economia, através do aumento do custo de vida; do congelamento de salários; do ataque ao «contrôle» operário da produção; do ataque às nacionalizações e à Reforma Agrária; do aumento dos impostos indirectos; da concessão de facilidades de crédito aos exploradores e que nem sempre um horário superior reflecte maior produtividade».

E a dado passo.

«Os sindicatos consideram como questão fundamental da contratação colectiva uma política coordenada de horários de trabalho que tenham em conta a irreversibilidade das conquistas alcançadas e que em sectores onde o ritmo e as cadências de trabalho, a frequência do trabalho por turnos, as precárias condições de trabalho, como o dos mineiros e outros, sejam praticados horários nunca superiores a 40 horas semanais».

Deste modo, propuseram «que se constitua um grupo de trabalho representativo dos sectores e regiões no âmbito da Intersindical Nacional, que estude e coordene a luta geral dos trabalhadores portugueses pela reconversão dos sectores, da aplicação

do «contrôle» operário e por horários de trabalho que tenham em conta as condições concretas de cada sector e de cada zona geográfica, perspectivando a necessidade de uniformizar um horário nacional, e tendo em conta a necessidade de proibir horas extraordinárias, quando isso implique a ocupação de postos de trabalho».

Relativamente ao problema de credenciais às comissões de trabalhadores, o plenário da Intersindical manifestou-se contra o Ministério do Trabalho pelo facto de recusar a sua emissão, sugerindo que aquela entidade «ponha à discussão entre os trabalhadores, através das organizações sindicais, o projecto de decreto-lei que regularize todas as situações».

Foram, ainda, aprovadas moções «contra a identificação partidária de listas concorrentes a eleições sindicais»; de solidariedade e apoio à «justa luta dos reformados pelo direito a uma reforma digna»; de apoio à organização do movimento sindical nacional, incentivando-se «a criação de delegados sindicais e comissões sindicais e de trabalhadores onde não existam».

Foi ainda aprovada uma resolução sobre a Previdência onde se sublinha que «os elementos das Comissões Administrativas se recusam a aceitar a integração da Previdência no Estado sem que a participação dos trabalhadores seja efectiva», salientando que «os trabalhadores deverão ser chamados para a definição da política de segurança social e continuar na gestão e «contrôle» dos seus órgãos».

Informação

Os problemas da Informação após os acontecimentos do 25 de Novembro, nomeadamente os relacionais com o afastamento ou suspensão de profissionais dos meios de Comunicação Social estatizados e a divulgação que estes têm dispensado aos problemas ligados aos trabalhadores, mereceram longo debate no decorrer do plenário.

Assim, o plenário depois de se referir pormenorizadamente ao «estado de sítio» que existe na Informação desde o 25 de Novembro, manifestou-se pela «integração imediata de todos os trabalhadores suspensos da Televisão e da Rádio e de outros órgãos de Comunicação Social (jornais) com quem se solidariza: readmissão dos trabalhadores despedidos da Rádio. Participação directa e credenciada nos trabalhos de reestruturação, instalação, organização e manutenção dos serviços de radiodifusão e de televisão, que tanto dizem respeito aos trabalhadores (e sindicatos) desse sector de actividade como a todos os demais, como ouvintes, espectadores e contribuintes».

Decidiu-se ainda a favor do «direito de manutenção da cência de tempo de antena, na rádio para apresentação do programa «Alavancar», produzido pelos trabalhadores, através da sua organização sindical, sem o qual é altamente prejudicada a divulgação das suas lutas, o debate dos seus problemas e a doutrinação da sua emancipação».

Finalmente, numa outra moção paralela e relativa ao mesmo problema o plenário da Intersindical Nacional exige «aos órgãos da comunicação social, principalmente à R.T.P. e E.P.R. ampla cobertura das lutas dos trabalhadores em termos de seu servirem, na medida em que são sustentados por eles» e «dos órgãos do poder que ponham cobro à manipulação da opinião pública pelos órgãos da direita, e a vaga de atentados terroristas, tomando medidas energias e inequívocas».

Plenário da Intersindical

7 Novembro - 26/1/1976

Constituído grupo de trabalho coordenador da luta por horários

Durante esta semana, uma delegação do secretariado da Intersindical será recebida pelo Presidente da República e por um representante do Conselho da Revolução, com eles debatendo a situação política actual, as conclusões do relatório preliminar ao 25 de Novembro e a situação económica, apresentando também as conclusões do plenário Intersindical, efectuado durante o fim-de-semana, no prosseguimento do encontro iniciado em Coimbra.

Durante a reunião, foram aprovadas diversas propostas, sobre os seguintes assuntos: a contratação colectiva e o horário de trabalho nacional; a recusa do Ministério do Trabalho em passar

credenciais às comissões de trabalhadores (sendo concedido ao Governo um prazo para que a situação seja regularizada); o problema da Previdência; o princípio da unicidade sindical; a democracia nos sindicatos; a independência do movimento sindical face aos partidos políticos; a estrutura dos organismos sindicais e a sua cooperação com as comissões sindicais e de trabalhadores; a identificação partidária de listas concorrentes a eleições sindicais e o apoio à luta dos reformados pelo direito a uma reforma digna.

A proposta aprovada sobre o horário de trabalho diz que "os sindicatos consideram como questão fundamental da contratação

colectiva uma política coordenada de horários de trabalho que tenham em conta a irreversibilidade das conquistas alcançadas e que em sectores onde o ritmo e as cadências de trabalho, a frequência do trabalho por turnos, as precárias condições de trabalho, como o dos mineiros e outros, sejam praticados horários nunca superiores a 40 horas semanais."

Decidiu-se ainda que fosse constituído um grupo de trabalho representativo dos sectores e regiões no âmbito da Intersindical, "que estude e coordene a luta geral dos trabalhadores portugueses pela reconversão dos sectores da aplicação do controlo operário e por horários de trabalho."

7 Novembro 26.1.76

DIARIO DE LISBOA

27 JAN 1976 LISBOA

Inter vai a Belém

Para tratar de assuntos relativos às importantes liberações tomadas no Plenário da Intersindical Nacional, efectuado em 16 e 17 e 24 e 25 do corrente, nomeadamente sobre o aumento do custo de vida, congelamento da contratação, controlo operário, Reforma Agrária, Previdência, órgãos de comunicação social e horário de trabalho nacional, o Secretariado da Central Única dos Trabalhadores Portugueses foi já recebido pelo Primeiro-Ministro e pelo ministro do Trabalho.

Amanhã, o Secretariado da Inter será recebido pelo porta-voz do Conselho da Revolução e pelo Presidente da República.

DEFENDEMOS A CENTRAL SINDICAL ÚNICA MAS NÃO A DECRETADA INTERSINDICAL — ESCLARECE AIRES RODRIGUES (PS)

«O PS defende a Intersindical». Este título, que publicámos ontem, causou estranheza e, por certo, inquietação nos meios socialistas. De facto, a má percepção pelo repórter das palavras improvisadas do membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista Aires Rodrigues, ainda que descritas no corpo da notícia, não apontavam para uma defesa da Intersindical Nacional — a central única dos trabalhadores portugueses. O próprio Aires Rodrigues, contactado pelo JN, esclareceu as dúvidas que pairavam e possibilitam a emenda do erro de informação que o JN ontem divulgou.

— A posição defendida ontem, em Gaia, é aquela que sempre o Partido Socialista teve na matéria: a defesa de uma Central Sindical Única que deve resultar de uma eleição democrática através da realização de um congresso democrático. A confusão que pode ser lançada no espírito das pessoas pela notícia resulta do facto de se ter confundido a Central Sindical Única, que defendemos, com a «Intersindical» que actualmente existe. Está «decretada» e não resultante da vontade dos trabalhadores.

Aires Rodrigues prossegue: — Nós, Partido Socialista, defendemos a Central Sindical Única erguida pelos trabalhadores. Aliás, o movimento que se verifica a nível de diversos sindicatos vai no sentido da realização de um congresso

democrático a Intersindical, quer os partidários do pluralismo, de que quem atentar contra a unidade do movimento sindical português, provocando uma ruptura, carregará

Sindicalistas socialistas reunem-se em Aveiro

rá com o peso histórico de uma cisão e será relegado necessariamente para um grupo que não será senão ou «correia» de transmissão» de um partido, ou «correia de transmissão» de patronato isolados, por consequência, da grande maioria dos trabalhadores que aspiram a um movimento

car-se relativamente à política sindical perfilhada pelo PCP que conseguiu a implantação, por decreto, da Intersindical, e dos que, situados à Direita do PS, defendem o pluralismo que serviria apenas o patronato. O PS lutará portanto, no quadro da vida sindical por um congresso onde as linhas de orientação da Central Sindical Única serão traçadas, de acordo com a maioria, mas não correspondendo, por conseguinte, a uma orientação vincadamente partidária. Lutará, também, contra os agentes do patronato que procurarão a divisão dos

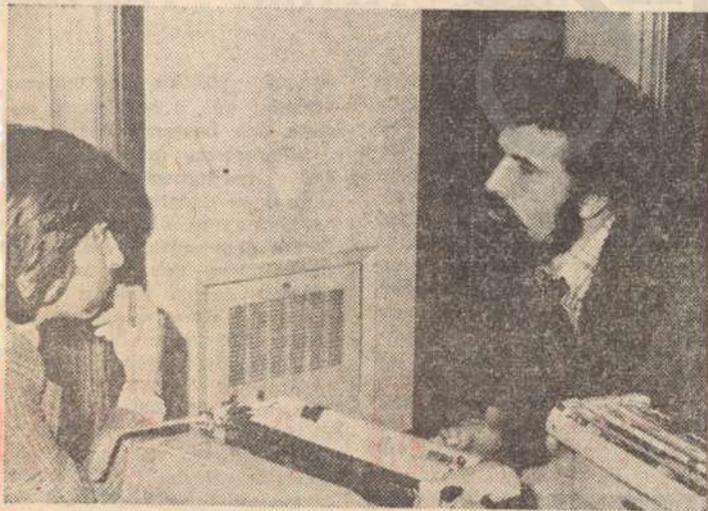
trabalhadores. Pode suceder que surjam fugas, cisões — mas serão necessariamente tentativas desesperadas, ou pa-

ra recuperar todo o processo, ou para recuperar posições perdidas.

A unicidade imposta por via administrativa serviu — salientou Aires Rodrigues — para acentuar a divisão dos trabalhadores. O problema tem de ser visto também neste ângulo: o PS não defende a «Intersindical», pois esta tem já uma carga política por virtude da acção do seu secretariado permanente que o povo trabalhador não deseja. Logicamente, o PS bater-se-á para que tenha outra designação — o que será natural.

E aponta já neste sentido o facto de os sindicalistas do PS reunirem, depois de amanhã, no sábado e no domingo, em Aveiro, para discutirem a estratégia a seguir no campo sindical.

Não se pode confundir a Central Sindical Única que o PS defende com a actual Intersindical. Este o ponto de dúvida e base do erro cometido pelo repórter do JN. Apenas



Desfazendo equívocos, Aires Rodrigues, membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, esclareceu ao «JN» qual a linha sindical que o PS defendeu e defende.

democrático com a participação de todos os sindicatos filiados na Intersindical Nacional, visto que estão criadas condições para a sua realização. Nesse congresso será decidida a eleição de uma nova direcção democraticamente eleita e com uma orientação que corresponda à vontade real dos milhares de trabalhadores sindicalizados, de Norte ao Sul do país.

Situando, politicamente, esta atitude do PS, Aires Rodrigues comentou:

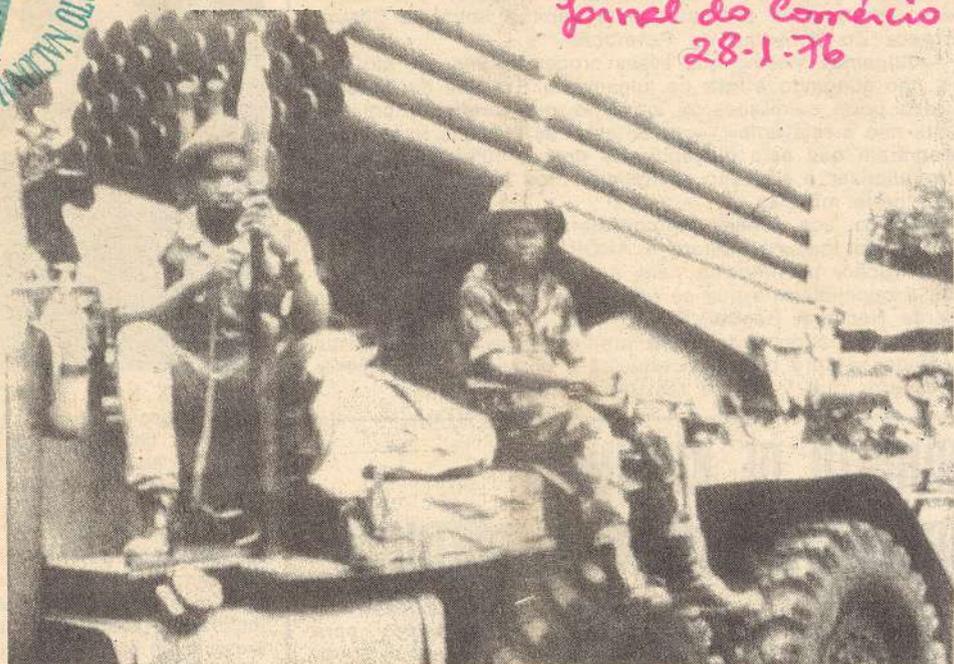
— Neste momento, a face à ofensiva da Direita, os trabalhadores portugueses vêem como uma necessidade premente a existência de uma Central Sindical Única que lhes permita centralizar a sua luta e ser, portanto, um instrumento eficaz na defesa dos seus interesses. Este movimento tem por base uma ampla mobilização para a vida sindical — como se pode verificar através da afluência às eleições recentes no Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa onde se registou um alto índice de participação — em torno de direcções que assegurem a democracia sindical.

Defendendo a unidade, Aires Rodrigues acrescenta:

— Ontem, como hoje advertimos quer os partidários da unicidade que instauraram através da lei e não por um pro-

unitário baseado no respeito pelas ideologias e no funcionamento democrático no seu seio.

Esta exposição é, portanto, demonstrativa dos objectivos do Partido Socialista: demar-



Telefoto UPI-TeleImprensa - Jornal do Comércio

Uma bateria de foguetões russos numa parada do M.P.L.A. em Luanda — quando as posições da R.P.A. se reforçam em todo o território

(Página 5)

P.S. defende agora central sindical única

O Partido Socialista, que antes tanto combatiera a existência de uma Intersindical Nacional como central única de trabalhadores, passou, de um momento para o outro, a defender essa forma de organização sindical.

Justificando a viragem, que não foi acompanhada de qualquer autocrítica e poderá, portanto, ser considerada tática, afirmou Aires Rodrigues, num comício realizado em Vila Nova de Gaia:

«Face ao levantamento da reacção, urge defender, por todos os meios, com as energias possíveis, as grandes conquistas dos trabalhadores portugueses (...) O P.S. lutará agora contra aqueles que defendem o pluralismo.»

Esta posição do partido de

Mário Soares parece querer significar uma demarcação face ao P.P.D. e ao C.D.S., sendo difícil de calcular o seu significado do ponto de vista das eleições. Porém, pode, desde já, constatar-se que ela surge no seguimento do reforço do controlo de sindicatos pelo P.S., o principal beneficiado pela crescente perda de influência nesse sector por parte do P.C.P.

Também os comunicados que vêm sendo emitidos por diferentes núcleos da Juventude Socialista são sintomáticos de um endurecimento do P.S. relativamente à linha política que o P.P.D. tem defendido.

Por outro lado, a situação política actual, em que se verifica uma crescente recuperação de influência pela direita, aparenta preocupar seriamente o P.S. neste momento. Com efeito, já é apontado o perigo da «instauração de um regime autoritário de fachada democrática».

Além do mais, no comício de Vila Nova de Gaia, o P.P.D. foi atacado, porque «nunca teve uma palavra de elogio às conquistas da Revolução» e «ataca unicamente os partidos de esquerda, procurando desarmar ideologicamente o povo para uma tarefa que será a construção da democracia e do socialismo».

Os oradores do P.S. criticaram ainda o partido de Sá Carneiro pelos seus ataques à Reforma Agrária («em nome de uma Reforma Agrária que não se sabe qual é a Reforma Agrária que deseja») e, nomeadamente, ao ministro socialista Lopes Cardoso. Carlos Laje manifestou também o apoio do P.S. ao «Grupo dos Nove», que «não será justo afastar».

A revisão do pacto com o M.F.A. foi focada nos seguintes termos:

«O P.S. propõe, na revisão do pacto, algumas alterações, mas defende que o M.F.A. seja o vigilante da constitucionalidade das leis. O Conselho da Revolução não será, pelo P.S., reduzido a figura decorativa, pois não serão os responsáveis do P.P.D. e do C.D.S. que agora poderão dar lições de democracia a ninguém.»

Entretanto, os dirigentes sindicais socialistas vão realizar um encontro nacional para analisar e clarificar as linhas fundamentais do movimento sindical português. O referido encontro terá lugar em Aveiro, nos dias 30 e 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro.

Hoje, a comissão coordenadora do encontro nacional dá uma conferência de Imprensa, pelas 15 horas, no Largo do Rato, 2-C.

PS DEFENDE A UNIDADE NA LIBERDADE

* Manuel Alegre desmente apoio à Intersindical

«O Secretariado Nacional do Partido Socialista não apoia a Intersindical, nem tomou qualquer decisão no sentido de modificar a sua linha de acção», declarou ao nosso jornal o dirigente socialista Manuel Alegre, membro daquele Secretariado, que acrescentou:

«O P. S. defende hoje, como sempre defendeu, a unidade na liberdade. Somos hoje, como sempre, contra o pluralismo sindical de inspiração burguesa e contra a unicidade de inspiração totalitária. Foi defendendo esta linha que o P. S. conquistou a confiança dos trabalhadores, de milhares e milhares de trabalhadores. Desviarmo-nos desta linha seria trair a nossa luta e dar possibilidades à direita. Ora, o P. S. está apostado em defender as conquistas revolucionárias contra a direita, da mesma forma, como, sempre fiel aos nossos princípios, soube defender ontem a liberdade contra o golpismo da pseudo-esquerda.»

ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES SINDICAIS SOCIALISTAS

Entretanto, os dirigentes sindicais socialistas vão realizar um encontro nacional para analisar e clarificar as linhas fundamentais do movimento sindical português. O referido encontro terá lugar em Aveiro, nos dias 30 e 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro.

Hoje, a comissão coordenadora do encontro nacional dá uma conferência de Imprensa, pelas 15 horas, no Largo do Rato, 2-C.

data - 28-1-76

Desmentido o apoio do P. S. à Intersindical

«O Secretariado Nacional do P. S. não tomou qualquer decisão no sentido de modificar a sua linha e apoiar a Intersindical. Somos hoje como sempre contra o pluralismo sindical de inspiração burguesa e contra a unicidade de inspiração totalitária» — declarou ao nosso jornal Manuel Alegre, membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista.

«Defendemos hoje como sempre a unidade na liberdade, prosseguiu o dirigente socialista, esta é a posição do P. S. Foi na luta por esta posição que o P. S. conquistou a confiança de milhares e milhares de trabalhadores. Desviarmo-nos desta linha seria trair a nossa luta e facilitar as manobras da direita. A fidelidade aos nossos princípios é condição da nossa força para defendermos hoje as con-

quistas revolucionárias contra a direita, como soubemos defender ontem a liberdade contra o golpismo da pseudo-esquerda. Não toleraremos que em nome do P. S. se faça uma política anti-P. S.»

Estas declarações de Manuel Alegre referem-se a notícias vindas ontem a lume sobre um comício em Vila Nova de Gaia, onde um elemento deste partido, Aires Rodrigues, teria afirmado que os socialistas mudaram de atitude quanto à Intersindical, passando a defendê-la enquanto central única dos trabalhadores portugueses, embora criticando a falta de democracia interna. Segundo as mesmas informações, o orador teria acrescentado que o P. S. iria lutar agora contra os que defendem o pluralismo sindical.

Picnis de Notícias 28-1-76

LUTA - 25/1/1976

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

ASSEMBLEIA GERAL

(sessão extraordinária)

continuação

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 25.º e alínea b) do Art.º 24.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, em continuação da Assembleia Extraordinária, iniciada em 16 de Janeiro de 1976, para o dia *30 de Janeiro de 1976 pelas 22 horas e 30 minutos*, no Pavilhão dos Desportos (Parque Eduardo VII) em Lisboa.

ORDEM DE TRABALHOS

ÚNICO — INTERSINDICAL NACIONAL

Definição das relações com a Intersindical, deliberado que foi, na primeira sessão a permanência do nosso Sindicato naquela organização.

Lisboa, 23/1/76

O Presidente da M. A. G.
Alberto Martinho Gonçalves

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

ASSEMBLEIA GERAL

(sessão extraordinária)

continuação

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 25.º e alínea b) do Art.º 24.º dos Estatutos, convocam-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, em continuação da Sessão Extraordinária, iniciada em 21 de Novembro de 1975, para o dia *30 de Janeiro de 1976 pelas 21 horas*, no Pavilhão dos Desportos (Parque Eduardo VII) em Lisboa.

ORDEM DE TRABALHOS

- 2 — Informações
- 3 — Símbolo do Sindicato — Discussão e votação dos projectos apresentados.

Lisboa, 23/1/76

O Presidente da M. A. G.
Alberto Martinho Gonçalves

N. B. — ESCLARECE-SE QUE SÃO MESMO DUAS ASSEMBLEIAS QUE SE REALIZAM NO MESMO DIA

J. Cou - 29-1-76



Foto de Alvaro Geraldo

Os componentes da delegação do Secretariado da Intersindical Nacional, que, hoje, ao fim da tarde se avistaram com o Presidente Costa Gomes, a fim de lhe apresentarem as suas posições relativamente a assuntos de interesse para os trabalhadores

AIRES RODRIGUES ESCLARECE:

P. S. DEFENDE CENTRAL ÚNICA MAS NÃO A DA INTERSINDICAL

«Defendemos a central sindical única mas não a decretada pela Intersindical» — esclareceu Aires Rodrigues, membro do secretariado nacional do Partido Socialista, a propósito de declarações suas durante um comício que o seu partido organizou em Vila Nova de Gaia.

«A posição defendida em Gaia — prosseguiu — é aquela que sempre o Partido Socialista teve na matéria: a defesa de uma central sindical única que deve resultar de uma eleição democrática através da realização de um congresso democrático. A confusão que pode ser lançada no espírito das pessoas pela notícia resulta do facto de se ter confundido a central sindical única, que defendemos, com a «Intersindical» que actualmente existe. Está «decretada» e não resulta da vontade dos trabalhadores».

«Ontem como hoje — disse ainda Aires Rodrigues — advertimos quer os partidários da unicidade que instauraram através da lei e não por um processo democrático — a Intersindical, quer os partidários do pluralismo, de que quem atentar contra a unicidade do movimento sindical português, provocando uma ruptura, carregará com o peso histórico de uma cisão e será relegado necessariamente para um grupo que não será senão ou «correia de trans-

missão» de um partido, ou «correia de transmissão» do patronato».

Costa Gomes recebeu a Intersindical e Coordenadora do Grupo C. U. F.

O Presidente da República, general Costa Gomes, recebeu ontem ao fim da tarde, no Palácio de Belém, uma delegação da Intersindical Nacional, que lhe apresentou tomadas de posição relativas ao aumento do custo de vida, congelamento da contratação, controlo operário, reforma agrária, previdência, órgãos de comunicação social e horário de trabalho nacional. As referidas tomadas de posição resultam de deliberações tomadas no plenário da Intersindical Nacional, reunido em Coimbra nos dois últimos fins de semana. Idênticos contactos foram feitos na manhã de ontem com o capitão Sousa Castro, membro do Conselho da Revolução, após os já efectuados com o ministro do Trabalho e com o Primeiro-Ministro.

O capitão Sousa Castro declarou à Anop que o encontro permitiu um esclarecimento mútuo e que iria transmitir ao Conselho da Revolução os pontos de vista da Intersindical. Por sua vez a delegação da Intersindical afirmou que

segundo Sousa Castro, o Conselho da Revolução não fez qualquer tentativa para alterar a lei sindical. Considerando que a reunião foi bastante útil, os dirigentes sindicalistas salientaram que havia todo o interesse em que «as posições do movimento sindical fossem sempre bem percebidas para se evitar o clima de especulação que certos órgãos aproveitam para prejudicar a luta dos trabalhadores».

O general Costa Gomes recebeu também ontem à tarde a Coordenadora das Comissões de trabalhadores do grupo C.U.F. A audiência que havia sido solicitada poucos dias depois do 25 de Novembro, teve como finalidade manifestar, segundo um dos seus membros, a preocupação das massas trabalhadoras relativamente à situação política actual e rejeitar algumas atitudes do Governo. A agenda dos assuntos a tratar com o Presidente da República focava uma vasta gama de questões, nomeadamente os saneamentos em geral, a Informação, a contratação colectiva e a manutenção das conquistas dos trabalhadores. Pretendem ainda os trabalhadores do grupo C.U.F. manifestar a sua preocupação por uma falta de planificação da economia a nível do grupo e a nível nacional, com as consequências que daí podem advir, designadamente o aumento de desemprego.

ENCONTRO DE DIRIGENTES SINDICAIS SOCIALISTAS

Contra o pluralismo sindical por um novo congresso dos sindicatos

Realiza-se em Aveiro, nos próximos dias 30 e 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, o encontro nacional de dirigentes sindicais socialistas. Com o objectivo de informar a opinião pública dos motivos de tal encontro, a respectiva comissão organizadora reuniu ontem os órgãos de comunicação social, com quem trocou impressões.

A ordem de trabalhos anunciada é a seguinte: análise da situação actual do movimento sindical, estruturação e organização sindical; Intersindical — novo congresso dos sindicatos.

Num comunicado lido e distribuído aos presentes, justifica-se a realização do encontro: «Face à actual movimentação no quadro político e sindical do País, em que forças reaccionárias e direitistas tentam fomentar o pluralismo sindical, os dirigentes sindicais socialistas, sentindo a necessidade de destruir essas tentativas, acharam por conveniente a realização deste encontro com vista a garantir a **unidade** do movimento sindical português, mobilizando ao mesmo tempo os trabalhadores para a construção de uma central sindical única, democrática e independente, e em que se assegure o direito de tendência».

O encontro de Aveiro, que, conforme um dos presentes

referiu «não é um encontro de dirigentes sindicais mas de militantes socialistas que por acaso se encontram a exercer funções de directores sindicais», é fechado aos órgãos de comunicação social e restrito a militantes do Partido Socialista, devendo participar dirigentes de todos os distritos do País. Organizado ainda antes do último plenário da Intersindical, o encontro terá como um dos pontos centrais a convocação de um novo congresso dos sindicatos, sendo natural que problemas como o das alianças sindicais e o da proposta de pacto entre sindicatos e Governo (defendido, nomeadamente, pelo almirante Pinheiro de Azevedo) sejam igualmente debatidos.

Abordando a divisão actualmente existente no movimento sindical português, um dos presentes sublinhou que «a linha que o Secretariado da Intersindical defende foi derrotada na maior parte das eleições sindicais» e que «os sindicatos democráticos representam já a maioria dos trabalhadores portugueses».

O Congresso dos sindicatos realizado o ano passado foi, aliás, classificado ele próprio de ilegal, uma vez que, em face da lei vigente, ele só poderia efectuar-se «depois da aprovação dos estatutos e

eleitos os novos corpos gerentes dos sindicatos» — o que não se verificou. Sendo assim, foi afirmado que, se por um lado «não defendemos a unidade mas sim a **unidade**», por outro «o Secretariado da Inter é que está efectivamente em causa — até porque, frisou-se, grande número dos seus membros «perderam a confiança das bases e dos camaradas de trabalho não os elegerem para as respectivas direcções sindicais».

Presente na conferência de Imprensa, Aires Rodrigues, membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, que aproveitou a oportunidade para esclarecer notícias ultimamente vindas a público sobre uma sua intervenção num comício do partido de que faz parte, em Vila Nova de Gaia. Assim, Aires Rodrigues começou por afirmar que a posição do P. S. em relação à unidade sindical «não mudou nem mudará», sendo que as referidas notícias «não correspondem à verdade», uma vez que seriam produto de «uma má percepção do jornalista».

«O que afirmei — continuou — é que o P. S. defendia uma central sindical única, a qual não pode resultar de uma lei que a institua mas da vontade dos trabalhadores, num congresso democrático com a participação de todos os sindicatos, filiados ou não na Intersindical.»

Cenitel 29-1-76

AIRES RODRIGUES (P. S.) AFIRMA

CENTRAL ÚNICA SIM INTERSINDICAL NÃO

«**D**EFENDEMOS a central sindical única mas não a decretada Intersindical» — esclareceu à agência Anop Aires Rodrigues, membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, a propósito de declarações suas durante um comício que o seu partido organizou em Vila Nova de Gaia.

«A posição defendida em Gaia — prosseguiu — é aquela que sempre o P. S. teve na matéria: a defesa de uma central sindical única que deve resultar de uma eleição democrática através da realização de um congresso democrático. A confusão que pode ser lançada no espírito das pessoas pela notícia resulta do facto de se ter confundido a central sindical única, que defendemos, com a «Intersindical» que actualmente existe. Está decretada e não resulta da vontade dos trabalhadores.

«Ontem como hoje — disse ainda Aires Rodrigues — advertimos, quer os partidários da unicidade que instauraram através da lei e não por um processo democrático a

Intersindical quer os partidários do pluralismo, de quem quem atentar contra a unicidade do movimento sindical português, provocando uma ruptura, carregará com o peso histórico de uma cisão e será relegado necessariamente para um grupo que não será senão ou 'correia de transmissão' de um partido ou 'correia de transmissão' do patronato.»

A confusão criada em certos meios políticos pela eventual mudança de posição do Partido Socialista perante a Intersindical, deve-se, afinal, como o próprio «Jornal de Notícias» esclarece, a um erro de percepção do seu repórter em serviço no comício do P. S.

DIRIGENTES SINDICAIS

UM congresso de sindicatos em que será apresentada uma alternativa democrática para a reconstrução da actual central sindical única em moldes de total independência mas em que se assegure o direito de

tendência poderá surgir do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Socialistas que amanhã, depois e no dia 1 de Fevereiro se efectua em Aveiro.

O encontro, segundo revelaram os seus promotores durante uma conferência de Imprensa realizada ontem à tarde, servirá para os dirigentes sindicais socialistas reflectirem sobre dois pontos considerados fundamentais: «a reestruturação sindical, uma vez que as estruturas actuais praticamente nada se alteraram desde o tempo do fascismo e a defesa da unidade sindical numa central que sirva, de facto, os interesses dos trabalhadores.» A ordem de trabalhos aprovada para o encontro consta dos seguintes pontos: análise da situação actual do movimento sindical; estruturação e organização sindical; e Intersindical — novo congresso dos sindicatos.

Democratizar a Intersindical

«Não se trata de conquistar a Intersindical mas de transformá-la de molde a dar-lhe a democraticidade que não tem», responderam os dirigentes sindicais socialistas presentes quando lhes foi posta a questão de saber se o que eles pretendiam era passar a controlar a central única dos trabalhadores.

«Aliás, sublinharam, a posi-

SOCIALISTAS

PROPÕEM

NOVO CONGRESSO

DE SINDICATOS

ção do Partido Socialista face à Intersindical não mudou nem mudará. Entendemos que a Central Sindical Única não pode resultar de uma lei que a institua, mas sim da vontade dos trabalhadores expressa democraticamente num congresso. A lei que instituiu a Central Sindical Única não é uma garantia, de modo algum, da unidade. A unidade será garantida por um congresso democrático.»

Entretanto, no encontro do próximo fim-de-semana serão estudados os meios para levar a efeito aquele congresso no qual se aguarda a participação de todos os sindicatos, pertencentes ou não à Intersindical. A data será igualmente decidida durante o encontro.

«É possível que o secretariado da Inter, aliás eleito ilegalmente, se queira opor à realização do congresso», disseram os dirigentes sindicais socialistas, adiantando: «mas nós distinguimos entre secretariado e Intersindical e por isso temos a certeza de que os trabalhadores e respectivos sindicatos vão aderir à ideia. Se a direcção da Inter opuser resistência a um novo congresso, isso só revelará a fraqueza da sua posição actualmente contestada pela maioria dos trabalhadores.»

nacional

Jornal Novo

O PS ataca o pluralismo e a unicidade e propõe novo Congresso de Sindicatos

Dirigentes sindicais militantes do PS vão reunir-se, em encontro nacional, no próximo fim de semana, em Aveiro. Após as repetidas vitórias eleitorais de listas sindicais que se reclamam de uma linha democrática, o PS deverá agora contabilizar a sua influência e definir uma linha global de actuação nesse campo.

Segundo afirmaram em conferência de imprensa os elementos da comissão organizadora do encontro, a tendência do "sindicalismo democrático" representaria já a maioria dos trabalhadores portugueses. Ao mesmo tempo, a legalidade da Intersindical como central única foi posta em causa, com base em violações ao próprio texto da lei sindical (em si mesma considerada anti-democrática) cometidas na realização do Congresso Sindical de Julho de 75, em especial por não ter sido antecedido pela revisão geral dos estatutos e pelas novas eleições para os corpos gerentes, então previstas. Sabe-se, por outro lado, que a revisão da lei sindical será feita em breve, de acordo com, a própria duração programada no diploma, e com o disposto na nova Constituição.

Enquanto o último plenário da Intersindical reafirma a sua intransigência quanto ao princípio da unicidade no Movimento sindical, da base ao topo, e reinicia uma ofensiva que lhe permita manter e mostrar a sua capacidade de mobilização, os sindicalistas socialistas parecem igualmente dispostos em passar à acção. O combate às forças reacçãoárias e direitoístas que tentam fomentar o pluralismo sindical, é afirmado como objectivo inicial dos dirigen-

tes socialistas. Contra o pluralismo e a unicidade, defendem a necessidade de construir uma "central sindical única, democrática e independente, e em que se assegure o direito de tendência".

Ao defender a unidade e a liberdade sindical, o PS vem jogando a sua influência entre os trabalhadores na proposta de permanência dos sindicatos na Intersindical, orientando-a para a sua transformação a partir do interior. Essa posição, que contraria uma tendência efectiva para a saída da Inter (apoiada pelos partidos designados como reacçãoários e direitoístas), foi já em alguns casos derrotada em face de uma inexistência de resultados sensíveis a curto prazo. Nesta linha, os sindicalistas do PS estão agora empenhados em defender a realização de um novo congresso nacional de sindicatos, em que a maioria dos trabalhadores esteja democraticamente representada e de onde a central sindical única resulte não como uma imposição do Estado mas como vontade expressa dos trabalhadores.

Para o PS, que também neste campo parece interessado em demarcar-se do PPD e do CDS, não é pois a unidade da estrutura sindical que está em discussão, mas apenas a forma como se estrutura a central única e como são eleitos os seus dirigentes: e o Secretariado da Intersindical e a sua orientação que estão em jogo.

Após uma primeira fase em que conquistou algumas posições importantes, poderá sair do encontro o princípio de uma campanha para a realização do novo congresso, defendido como meio de voltar a unir um movimento sindical que

hoje se apresenta de facto em rotura. A hipótese de reunir a oposição ao secretariado com os sindicatos que abandonaram a Inter, daria ao PS a possibilidade de colocar os actuais dirigentes numa incómoda alternativa.

(Embora tanto o PS como o PC defendam a unidade das organizações sindicais, parece improvável que ambos os partidos não acabem por aceitar — ou mesmo por forçar — a existência de duas centrais, já que se afigura inviável a aliança na base entre os seus militantes, e a nenhum dos partidos convirá admitir a hegemonia alheia. Note-se que, apesar de algumas críticas genéricas a um certo sectarismo e esquerdismo dos sindicatos anteriormente ao 25 de Novembro, nenhuma "abertura" se adivinha na prática da Intersindical. Ao mesmo tempo o PC nada tem feito para ocultar a sua perfeita ligação com a orientação da central actual — tendo até dirigentes sindicais participado recentemente em comícios partidários — o que poderá indicar que a rotura do movimento sindical é tida como um mal menor, em face da possibilidade de perder a actual posição hegemónica.)

Outro ponto a ser abordado no encontro de Aveiro será a política de alianças sindicais com os militantes de outros partidos. Após o abandono das ligações preferenciais com o MRPP, que serviram para a conquista das primeiras posições tem sido evidente a ausência de uma linha definida quanto a essa questão, o que na prática se traduz pela dificuldade em coordenar as iniciativas dos "sindicatos democráticos".

Com efeito, as primeiras inter-

venções conjuntas, como embrião de uma tendência organizada, têm surgido a partir da denúncia de iniciativas alheias — de dez sindicatos sobre as ligações da Inter com o 25 de Novembro, de 17 direcções em resposta à manifestação de 17 de Janeiro (propondo já alguns objectivos de luta próprios), de algumas direcções do Norte sobre o mesmo tema (mas aceitando a política de austeridade), e recentemente atacando o carácter sectário e anti-democrático dos plenários da Inter — e não parecem ainda resultar de uma estratégia globalmente definida. Essa questão, assim como a da reestruturação do movimento sindical em moldes diferentes dos que o fascismo criou, e hoje se mantêm ainda em grande parte, serão igualmente objecto de reflexão no encontro.

Não poderão igualmente ser ignoradas as consequências para o próprio PS do reforço da sua iniciativa no campo sindical, podendo o alargamento da sua implantação entre os trabalhadores vir a reflectir-se ao nível da orientação política superior. Os elepartes, serão igualmente objecto de reflexão no encontro.

Não poderão igualmente ser ignoradas as consequências para o próprio PS do reforço da sua iniciativa no campo sindical, podendo o alargamento da sua implantação entre os trabalhadores vir a reflectir-se ao nível da orientação política superior. Os elementos do secretariado presentes na conferência de imprensa, Aires Rodrigues e Alberto Antunes, desmentiram, porém, que estivesse em causa a classificação de uma ala trabalhista dentro do partido.

Contratos de trabalho renegociáveis em Março

«Nunca, que se saiba, esteve no espírito de ninguém impedir o processo de negociação colectiva para além de 29 de Fevereiro», assinala uma nota oficiosa do Ministério do Trabalho, ontem distribuída, na qual se expõem longamente as razões que levaram o Conselho de Ministros a suspender, em Dezembro

último, os processos de negociação de contratos colectivos de trabalho.

A nota oficiosa surge depois do secretariado da Intersindical se ter avistado com o Presidente da República, a quem expôs a sua preocupação pela suspensão governamental referida.

O SÉCULO

3 0 JAN. 1976 Lisboa

Ameaça de greve em Santarém

Os delegados sindicais, as comissões de trabalhadores, as direcções sindicais e o secretariado da União dos Sindicatos de Santarém, reunidos em plenário, decidiram solicitar ao Governo a anulação da Lei do Congelamento das Contratações Colectivas, a adopção de medidas concretas para a redução do aumento do custo de vida e a promulgação de legislação adequada ao controlo operário organizado da produção.

Se o Governo não satisfizer, dentro de dias, aquelas reivindicações, será marcada uma paralisação de trabalho a nível distrital, para 6 de Fevereiro, às 16 horas.

o jornal - 30.1.76

O PS não defende a Intersindical

O JORNAL
30.1.76

A defesa da Intersindical, feita por um membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, durante um comício realizado em Vila Nova de Gaia, no passado dia 26, caiu nos meios sindicais como uma bomba que, no entanto, não chegou a explodir. Logo no dia seguinte, e pela voz de Manuel Alegre, o PS veio rectificar as afirmações de Aires Rodrigues, confirmando a linha que tem vindo a seguir relativamente à central sindical única.

«Face ao levantamento da reacção, urge defender por todos os meios, com as energias possíveis, as grandes conquistas dos trabalhadores portugueses» — assinalou Aires Rodrigues, para concluir logo depois: «Por isso, o PS defenderá a Intersindical — central única dos trabalhadores portugueses. Essa central, através de uma prática interna democrática, servirá os trabalhadores. O PS lutará agora contra aqueles que defendem o pluralismo».

À primeira vista, estas palavras de Aires Rodrigues não ofereciam dúvidas (e não ofereceram, tanto aos presentes no comício, como aos leitores dos jornais que as transcreveram) até por se tratar de um elemento do Secretariado Nacional. A rectificação, no entanto, não se fez esperar e dias depois, foi o próprio Aires Rodrigues que veio a público esclarecer o que

havia dito: «Defenderemos a central sindical única, mas não a decretada pela Intersindical. A posição defendida em Gaia é aquela que sempre o Partido Socialista teve na matéria: a defesa de uma central única que deve resultar de uma eleição democrática através da realização de um congresso democrático.»

Segundo Aires Rodrigues, «a confusão que pode ser lançada no espírito das pessoas pela notícia resulta do facto de se ter confundido a central sindical única, que defendemos, com a Intersindical que actualmente existe. Está «decretada» e não resulta da vontade dos trabalhadores».

De qualquer modo, a Intersindical prossegue a política que se traçou e, ainda no último fim-de-semana, realizou mais um plenário, em Lisboa, no qual a defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e da unicidade do movimento sindical constituíram temas dominantes.

Por outro lado, uma delegação da Intersindical foi recebida anteontem, no Palácio de Belém, pelo Presidente Costa Gomes, ao qual expôs a sua posição relativa ao aumento do custo de vida, congelamento da contratação, controlo operário, reforma agrária, previdência, órgãos de comunicação social e horário de trabalho nacional.

Inter e PS debatem organização sindical

A ORGANIZAÇÃO do movimento sindical constitui o ponto principal na agenda de trabalhos do último plenário da Intersindical, que se debruçou ainda sobre outras questões, como o horário de trabalho, a contratação colectiva, a Previdência, a informação e a política do Ministério do Trabalho, tendo sido aprovadas diversas moções relacionadas com estes assuntos.

De todos os problemas tratados a organização do movimento sindical é o que maior celeuma poderá vir a provocar, constituindo também o tema base de um encontro que os militantes sindicais do PS promovem durante este fim de semana em Aveiro.

Durante uma conferência de imprensa convocada pelos organizadores do Encontro, na quarta-feira passada, com o fim de darem conhecimento da sua realização, foi focado com propositada insistência o desejo de um novo congresso dos sindicatos, continuando assim a ofensiva que logo a seguir aos 25 de Novembro os dirigentes do PS lançaram com vista à realização do "Congresso Democrático dos Sindicatos".

O encontro de Aveiro reveste-se de especial significado pois é natural que seja aí revista toda a estratégia do Partido Socialista relativamente ao campo sindical.

Assim, para além da realização do novo congresso, que figura no terceiro e último ponto da ordem de trabalhos da reunião, espera-se que seja analisado com particular relevo o problema das alianças no movimento sindical, o que foi sublinhado por um dos oradores ao afirmar que "a questão das alianças com outros partidos será certamente debatida".

Note-se que a aliança PS/MRPP surgida em meados do ano passado, disputou seriamente a hegemonia do PCP no campo sindical, com a conquista de importantes posições em sindicatos de serviços. O domínio do MRPP nos executivos sindicais em que esta aliança tinha obtido vitórias veio porém agravar as contradições entre as duas linhas políticas principalmente a partir da formação do VI Governo Provisório.

A contestação ao governo (recorde-se a constituição do Secretariado de Luta dos Sindicatos em que se distinguiram precisamente as direcções sindicais onde o PS estava empenhado) no qual o Partido Socialista detinha importantes responsabilidades, provou decisivamente a inviabilidade da aliança PS/MRPP. É normalmente apontado este facto como sendo origem da queda da direcção do Sindicato dos Escritórios, pouco depois de ser eleito, queda que foi provocada pelos próprios elementos do PS. Nesta altura, o MRPP tinha já deixado de acompanhar o PS nas listas para as eleições sindicais (vejam-se a título de exemplo as eleições nos CTT e no Comércio).

De resto, os últimos resultados eleitorais conhecidos em sindicatos de serviços vieram demonstrar que o peso eleitoral neste sector pertence ao Partido Socialista, apoiado directa ou indirectamente pelo PPD, de qualquer maneira, o papel que o MRPP teria a desempenhar não pode ser desprezado, pois a falta de militância dos elementos do PS e do PPD, normalmente ausentes das reuniões e assembleias importantes seria equilibrado pelo activismo dos membros daquele partido.

É de crêr, pois que os militantes sindicais presentes este fim de semana em Aveiro, confiantes nas recentes vitórias da sua linha política, pretendam passar a candidatar-se às eleições sindicais através de listas cujo controlo não possa escapar a sua influência. No entanto, os resultados das eleições nos sindicatos operários não tem sido favoráveis ao PS mantendo aí o PCP a sua influência (Metalúrgicos). As eleições da Construção Civil e dos Químicos, a realizar em breve, virão certamente clarificar a relação de forças no sector operário, onde o PS entrará que ceder um pouco mais na escolha dos seus aliados.

Quanto à realização do novo Congresso dos sindicatos e a revisão da lei sindical e de salientar a insistência com que os militantes do PS aparecem agora a falar da unicidade depois da campanha que lançaram em Janeiro do ano passado, com o apoio do PPD quando

esteve em discussão a lei sindical, contrapondo a "unicidade" à "unicidade".

Observadores crêem que a nova atitude dos elementos do PS, defendendo intrasigentemente a "unicidade sindical, com a criação de uma central sindical única e democrática" o que os distancia do PPD, se deve à hegemonia que aquele partido está a conquistar no movimento sindical tentando evitar assim a possibilidade de o PCP continuar a dominar uma central sindical.

Entretanto, parece afastada a hipótese da viabilidade imediata de um novo congresso, a não ser que a revisão da lei sindical venha a proporcionar essa realização. Recordem-se, sobre o assunto as declarações de Jaime Machado, do Secretariado da Inter, prestadas ao EXPRESSO a semana passada, considerando que "O Congresso de Agosto responde às aspirações essenciais dos trabalhadores".

Sublinhe-se que, durante a

Conferência de Imprensa, o congresso de Agosto foi considerado ilegal, pois não teria respeitado o dec. lei 215-N 75 que previa as eleições sindicais antes do Congresso.

É, portanto, natural que o PS tente a sua consolidação no campo sindical, forçando a realização do novo congresso com o apoio das forças políticas que se opõem ao PCP, no qual se pretende que "estejam presentes todos os sindicatos quer se encontrem ou não filiados na Inter" aproveitando-se assim o peso dos sindicatos que abandonaram a Central Sindical. Isto, caso não se venha a concretizar a revisão da lei Sindical nos próximos tempos.

Por enquanto, parece não existir "perigo" da constituição de uma nova central sindical, uma vez que os partidos que estariam interessados nisso não têm força para a concretização do projecto.

Durante o encontro que a delegação do Secretariado da Inter

teve com o Presidente da República, onde lhe foram apresentadas as conclusões do plenário, o Chefe de Estado afirmou aos dirigentes sindicais que a revisão da lei sindical e, portanto, também do princípio da unicidade, não estava nos planos do Conselho da Revolução.

Espera-se que seja posta de parte a hipótese de um dia de greve geral, previsto como forma de pressionar os centros de poder à aceitação dos pontos aprovados no plenário.

Refira-se que o Presidente da República prometeu, ainda, interessar-se pela promulgação do controlo operário e reafirmou que a partir do dia 1 de Março terminará o congelamento da contratação colectiva. Tudo leva a crer que a Intersindical ceda no prazo proposto, o qual acabaria este fim de semana.

PEDRO D'ANUNCIÇÃO

Expono - 31-1-76

BANCÁRIOS DISCUTIRAM ADESÃO À INTER

Formas de adesão à Intersindical Nacional, foi o que discutiram ontem à noite, no Pavilhão dos Desportos, algumas centenas de bancários do sul e ilhas adjacentes, em assembleia convocada pelo seu sindicato.

A hora de encerrar os esta edição, encontravam-se na mesa três propostas, contendo sugestões concretas, relativamente à maneira de se aderir à central única dos trabalhadores portugueses.

Uma delas, da autoria da direcção do sindicato, propunha adesão crítica à Inter. Uma outra, consistia na indicação de algumas alterações a serem introduzidas na apresentada de algumas alterações e serem introduzidas na apresentada pelo elenco directivo. A última, talvez a mais radical das

três, apontada também, no sentido da adesão à central única, mas, com o objectivo de «acabar com os vícios da actual estrutura o que pressupõe a sua profunda alteração». Esta proposta foi subscrita por 24 associados de Torres Vedras.

Esta assembleia geral foi a segunda efectuada ontem. A primeira, que teve início ao principio da noite, destinava-se a aprovar o novo símbolo gráfico do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas Adjacentes e terminou poucos minutos antes das 23 horas.

A entrada da assembleia foram distribuídos vários comunicados, um dos quais condenava os recentes atentados bombistas de Braga.

Comunicados partidários havia apenas um: do MRPP.

OS TRABALHADORES E OS SEUS PROBLEMAS

★ BANCÁRIOS PERANTE A INTERSINDICAL

Após a aprovação da permanência do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas na Intersindical, efectuou-se ontem nova Assembleia Geral daquele organismo relativamente às relações com a Central Sindical Única.

A Direcção do Sindicato apresentou uma proposta nos seguintes termos: «1—Que o nosso Sindicato permaneça na Intersindical e lute no seu seio pela unidade de todos os sindicatos na Central Sindical Única democrática e independente do Estado, do patronato, dos partidos políticos e das instituições religiosas, na qual seja respeitado o direito de tendência; 2 — Que seja exigida pelos trabalhadores bancários reunidos nesta Assembleia a imediata revogação da Lei da Unidade Sindical, bem como o reconhecimento de que só aos trabalhadores cabe decidir da sua organização, em defesa dos seus interesses de classe; 3 — Que o nosso Sindicato se afirme claramente contra a cisão e o pluralismo sindical pela defesa da verticalização e pela unidade sindical, competindo à Direcção designadamente desenvolver no seio da Intersindical uma luta correcta para a convocação do Congresso Sindical, do qual deverão sair os Estatutos da verdadeira Central Sindical única, democrática e independente; 4— Que a quotização do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas para a Intersindical seja fixada em 3 por cento, sem prejuízo da sua eventual alteração no autêntico Congresso Sindicatos».

Foi igualmente apresentada uma proposta no sentido de que a quotização do Sindicato seja de três por cento devendo, todavia, o seu pagamento ficar suspenso até à realização do Congresso dos Sindicatos.

Durante a discussão do ponto único da ordem de trabalhos, verificaram-se posições opostas, umas no sentido da não suspensão do pagamento e mesmo de aumento de quotização, enquanto outras propunham o não pagamento de qualquer quotização, fosse ela qual fosse, até à realização do Congresso dos Sindicatos. A discussão prolongou-se até de madrugada e, devido ao adiantado da hora, não conseguimos saber qual o resultado da votação.

Esteve presente na Assembleia Geral uma delegação de operários da Timex que actualmente lutam com o desemprego de várias centenas deles, tendo sido lida uma moção de apoio à luta daqueles operários.

BANCÁRIOS APROVAM OBEDIÊNCIA A ESTATUTOS DA INTERSINDICAL

OS bancários do Sul e Ilhas, que há cerca de 15 dias votaram a entrada do seu sindicato para a Intersindical, aprovaram ontem, em assembleia geral, uma proposta que preconiza, como linha de actuação no seio da central sindical única, a obediência aos estatutos que saíram do I Congresso da Intersindical. Segundo a proposta, esta obediência «não prejudicará uma possível actuação do sindicato no sentido de corrigir práticas incorrectas que tenha já detectado ou venha futuramente a detectar».